

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E QUINZE:** =====

===== *Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano dois mil e quinze, pelas dezassete horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Centro Cívico Justino Portal, freguesia de Cesar, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Senhor António Luís da Fonseca e Grifo – Primeiro Secretário, Secretariado pela Senhora Helga Alexandra Freire Correia – Segunda Secretária e pelo Senhor Augusto Moreira – Presidente da Junta de freguesia de Cesar e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:*

===== **Ponto um:** *Votação das atas nºs 14 e 15;* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto três:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 31/03/2015 – Apreciação;* =====

===== **Ponto quatro:** *Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Oliveira de Azeméis relativo ao 2.º semestre de 2014 – Apreciação;* =====

===== **Ponto cinco:** *Certificação legal das contas consolidadas do Município - Parecer do Revisor/ Auditor externo – Conhecimento e apreciação;* =====

===== **Ponto seis:** *Prestação de contas consolidadas 2014 – Aprovação;* =====

===== **Ponto sete:** *Prestação de serviços de transportes escolares em carreiras públicas para o ano letivo 2015/2016 – Autorização de repartição de encargos em mais do que um ano económico;* =====

===== **Ponto oito:** *Contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com a União Desportiva Oliveirense, com vista à divulgação do logotipo “Azeméis é Vida”, através da inscrição no equipamento dos jogadores (camisolas), das suas equipas no âmbito das diversas modalidades não profissionais, nomeadamente, Basquetebol e Hóquei em Patins – Aprovação;=*

===== **Ponto nove:** *Contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com a União Desportiva Oliveirense, que tem por objeto o apoio financeiro para a formação e desenvolvimento da prática desportiva – Aprovação; =====*

===== **Ponto dez:** *Protocolo de colaboração a celebrar com o Rotary Clube de Oliveira de Azeméis, para organização do programa “Ciclo de Conferências às Quartas com...” – Aprovação; =====*

===== **Ponto onze:** *Contrato de financiamento celebrado entre o Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT), para a realização da operação “Eficiência Energética na Iluminação Pública no Município de Oliveira de Azeméis – 1.ª Fase” – Autorização de compromissos plurianuais e convalidação de todos os atos entretanto praticados; =====*

===== **Ponto doze:** *Comissão de Acompanhamento da Concessão - Autorização de compromissos plurianuais; =====*

===== **Ponto treze:** *Regulamento de Funcionamento e Utilização dos Equipamentos Desportivos Municipais, de Recreio e Ocupação de Tempos-Livres – Aprovação; =====*

===== **Ponto catorze:** *Desafetação de parcela de terreno do domínio público, sita no lugar de Outeiro, S. Tiago de Riba-Ul, para o domínio privado do Município - Aprovação; =====*

===== **Ponto quinze:** *Reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial J.R. Ribeiro Moldes, Lda., para efeitos de aplicação do regime excecional previsto do D.L. 165/2014 de 5/11; =====*

===== **Ponto dezasseis:** *PI/9141/2009 – Evangelina Soares da Silva Unipessoal, Lda. – Isenção do pagamento de taxas pela ocupação do espaço público com quiosque – Aprovação. =*

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Filipe Costa Valente Almeida Ferreira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, António da Silva Xará, José Francisco Brandão Oliveira, José Domingos Campos Silva, Carlos Manuel Costa Gomes, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, António Castro Alves da Cruz, Nuno Ricardo Fernando Pires, António Ilídio Martins Godinho, José Filipe da Silva Carvalho, António Manuel Fernandes Aguiar, André Lourenço Pereira Ribeiro, José Rodrigues Santos e Carlos Manuel Pinho e Silva. =====*

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Bruno Armando Aragão Henriques, Helena Maria Dinis dos Santos, Manuel José Tavares Soares, José António Domingues Marques Lourenço, Ana Sofia Ferreira Pinho, José Manuel Marques Ribeiro, José Ramos da Silva, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Pedro Luís Paiva Dias, Nuno Miguel Soares de Jesus, Cristina Maria Valente de Pinho, António Marques Silva, Bernardo Amaro Moreira Simões, Simão da Costa Godinho, Armindo Fernando Martins Nunes e Agostinho Tavares.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *António Pinto Moreira, Jorge Paulo de Melo Pereira e Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva.* =====

===== **Ausência dos Membros:** *Rui Jorge da Silva Luzes Cabral – Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: José Filipe da Silva Carvalho, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva; António Filipe Costa Valente Almeida Ferreira, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido António Manuel da Costa Alves Rosa; António Ilídio Martins Godinho, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Maria Helena Soares Oliveira Lestre e Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Ana Raquel Simões Teixeira em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição.* =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== *O Senhor António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, deu início à Sessão.* =====

===== *Bem-vindos à Vila de Cesar. Agradecer desde já ao presidente da junta de freguesia de Cesar -Augusto Moreira em nos ter cedido estas magníficas instalações. Espero que os trabalhos de hoje decorram com a normalidade habitual e peço que sejam breves. E, para não demorar mais tempo, convido para Mesa o nosso anfitrião Augusto Moreira, para completar a Mesa. O Senhor Presidente da Assembleia não pode vir. E vou dar a palavra ao anfitrião Augusto Moreira.* =====

===== *Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros deputados da Assembleia Municipal, colegas presidentes de Junta, comunicação social, funcionários da Câmara Municipal, público,*

muito boa tarde e sejam todos bem-vindos a Cesar. O Poder Municipal reúne, hoje, neste edifício tão emblemático para esta nossa terra de Cesar. Há 100 anos a expensas de um grande benemérito aqui nascido – Justino Francisco Portal – ultimava-se a construção da escola de Cesar que, poucos meses depois, seria entregue, devidamente mobilada, à Junta de Freguesia de então. Vale a pena conhecer um pouco da vida deste egrégio Cesarense, atrevo-me mesmo a dizer: grande figura do nosso concelho que deixou nesta terra, sem alardes de vaidade ou vedetismo, o raro perfume da generosidade em favor de toda a comunidade particularmente dos mais pobres. Ainda muito jovem Justino Portal partiu para o Brasil, primeiro para Belém do Pará e mais tarde para Manaus onde graças à sua iniciativa granjeou assinalável fortuna. Enquanto esteve por lá nunca esqueceu as necessidades da terra que lhe serviu de berço, nem os pobres, enviando de vez enquando verbas para a cuidar às necessidades dos seus conterrâneos. Regressado definitivamente a Cesar, empenhou-se no restauro da Igreja Matriz, reconstruiu a Capela da Nossa Senhora da Graça, participou ativamente no restauro da atual Estrada Nacional 327 desde a Pedra Má até à Gândara. Consciente da importância do ensino no desenvolvimento intelectual dos seus concidadãos e, por inerência, do progresso do Cesar Justino Portal, assumiu a construção deste majestoso edifício que mobilou, paralelamente, atribuiu dois prémios pecuniários anualmente que seriam entregues no dia 5 de outubro: “Prémio da República” e “5 de Outubro”, aos alunos do sexo feminino e masculino, respetivamente, que obtivessem a classificação de ótimo ou bom no exame. Se pensarmos na elevada taxa de analfabetismo reinante em Portugal, na inexistência de edifícios escolares, facilmente percebemos a importância que a escola 5 de Outubro teve para os Cesarenses dessa época e das gerações seguintes. Aqui deixo, em traços muito genéricos, alguns dados da nossa história de há um século atrás na certeza de que até ao próximo dia 5 de outubro Cesar lembrará condignamente a memória de Justino Portal e a importância da escola 5 de Outubro. Nessa altura, será apresentado um livro “Escola 5 de Outubro 1915 – 2015” que dará a conhecer e perpetuará não só a importância deste edifício para Cesar, mas também revelará a figura do benemérito Francisco Justino Portal. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia, senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, funcionários, público, imprensa, boa tarde a todos. A primeira razão que me traz aqui é: Voto de congratulação e louvor: ao Sporting Clube de Bustelo, campeão da primeira divisão distrital de Aveiro, regressando ao campeonato nacional de seniores para a época 2015/2016. À sua presidente, diretores, associados, equipa técnica e jogadores, a Assembleia Municipal manifesta o seu voto de reconhecimento e louvor pela sua contribuição para o desenvolvimento social e desportivo de Bustelo, Vila de S. Roque e

município de Oliveira de Azeméis. Ao Grupo Desportivo de S. Roque pela sua ascensão à primeira divisão distrital, culminando uma excelente época desportiva 2014/2015. Ao seu presidente, diretores, associados, equipa técnica e jogadores, a Assembleia Municipal manifesta o seu voto de reconhecimento e louvor pela sua contribuição para o desenvolvimento social e desportivo da Vila de S. Roque e do município de Oliveira de Azeméis. Penso que nos associaremos todos a estes votos de congratulação e louvor. Se o município de S. Roque fosse desporto – futebol, estávamos muito bem representados. Aniversário de elevação a Vila: A todas as freguesias que por estes dias celebram os seus aniversários de elevação a Vila, a nossa homenagem. A celebração do nosso 26º aniversário é amanhã, no âmbito de uma solene Assembleia de Freguesia, sintam-se convidados. A última razão que me trás aqui é um reparo: Que a proposta consumada, se calhar, da nossa saída da ADRITEM: Esperamos, ainda, uma explicação compreensiva e racional à exclusão de S. Roque da ADRITEM. Se é um reconhecimento por sermos uma vila mais urbana e menos rural, outras freguesias também merecerão este reconhecimento. Se é só para respeitar o número de 150 mil habitantes abrangidos por esta associação, haveria outras soluções mais razoáveis. Penalização não será, já que cumprimos sempre todas as suas obrigações para com esta Associação (ADRITEM). Porque será então? Esta dúvida havia sido colocada legitimamente, ao contrário, no momento da adesão. No momento da adesão perguntavam: Por que razão as freguesias vizinhas, no mínimo, tão rurais como S. Roque, não lhes fora proporcionado aderirem? Depois de 10 anos, sair agora que tínhamos a nossa situação consolidada e agora que preparávamos novos projetos e nova candidatura, não está certo e não nos conformamos. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada Ana Neves, do PSD. =====

===== Boa tarde: Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, membros desta Assembleia, público aqui presente e comunicação social. No âmbito do programa políticos de palmo e meio, quase três centenas de alunos do 4º de escolas de Oliveira de Azeméis foram recebidos, no preterido dia 21 de maio, na Assembleia da Republica pela deputada do PSD, Dr.ª Carla Rodrigues. Os alunos foram acompanhados pelos professores e auxiliares das escolas, bem como pelos técnicos da Divisão de Educação da Câmara Municipal local e pelo Vereador da Educação – Dr. Isidro Figueiredo. Esta visita integra-se numa iniciativa da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, que vai já na sua 8ª Edição, que visa a promoção da cidadania e a participação cívica e política dos alunos do 4º ano de escolaridade. Assistiram à sessão plenária enchendo quase todas as galerias e visitaram alguns dos espaços mais importantes do Palácio de S. Bento, nomeadamente o Salão Nobre o Passos Perdidos e a Sala do Senado. Citando, a Dr.ª Carla Rodrigues: “O entusiasmo das crianças foi evidente e contagiante, espalhando alegria e vida por todos os cantos da Casa do Povo. Um bem-haja à Câmara Municipal por esta iniciativa, pois é importante fomentar nas

crianças atitudes e valores que contribuam para a construção de seres ativos, críticos e participativos através dos seus direitos e deveres.” =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado António Pinto Moreira, do CDS/PP.* =====

===== *Boa tarde, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente do Município, Vereadores, colegas da Assembleia, comunicação social, funcionários da Autarquia. Precisamos de viver em locais limpos, agradáveis e tratados para sentirmos que temos qualidade de vida. A componente sensorial, estética, arquitetónica dos locais onde vivemos também são igualmente importantes para a nossa autoestima, orgulho e sentido de pertença pelo sítio onde vivemos. O termo - política tem origem na palavra grega “Polis” que significa: Cidade. Ora, política é nem mais nem menos do que fazer a gestão da cidade. É fazer a gestão de tudo o que respeita à cidade. Vamos precisamente falar da nossa cidade. Que podemos dizer da nossa cidade em sentido sensorial, sentido estético, harmonia e arquitetura: Temos uma cidade antiga, sim, mas sem dúvida tem estado muito desleixada. Aquando do Mercado á Moda Antiga temos tido programa televisivo em direto. Para quem nunca tenha vindo a Oliveira de Azeméis os grandes planos de imagem, o que é transmitem: Em plano de fundo, a Igreja Matriz; A norte, o edifício degradado sem manutenção que é propriedade do município; A poente, um edifício com ar soturno, degradado, sujo, escuro, toldos comerciais à laia, pala acima, pala abaixo; Fachada nascente, um prédio com umas grandes peladas na sua fachada principal cujo reboco caiu já não se sabe há quantos anos. Transmitimos assim para os mídias (meios de comunicação) a imagem de uma cidade boa? – Não. Sentimo-nos bem ano após ano? – Eu não me conformo. Se bem no coração da cidade é isto que temos para mostrar como será no resto da cidade? Ao entrar a norte – Stº António – prédios em ruínas, fachadas degradadas, escuras, falta de gosto, desmazelo. Ao entrar pelo nascente – IC2 – seguindo a direção Oliveira de Azeméis centro – uma rua antiga: mas antigo não tem que ser a mesma coisa que degradado, antiquado o mesmo cenário das fachadas e dos prédios. Ao entrar pelo sul - cada prédio com a sua arquitetura, o seu estilo, os seus materiais de revestimento, as suas cores, etc... Na iconográfica “Rua do Jeitos” - ao chegar ao parque da rodoviária, volta ao mesmo: terreno com vegetação selvagem, lixo, cobertura de chapas de zinco rota nuns sítios e despregada em outros sítios. Dei 4 exemplos. Como nos podemos conformar? Oliveira de Azeméis é uma grande cidade, mas não basta ser é preciso parecer. Todo o edificado para ser licenciado na gestão da cidade, foi e está sujeito a regulamentação autárquica. Pois, é à Autarquia que compete a gestão do espaço público. Os prédios são pertença de privados; uma vez licenciados em privado dão-lhe a utilidade que pretendem. As fachadas dos prédios para a via pública têm impacto direto no ambiente urbano. Portanto, o Município tem que ter mecanismo reguladores para o seu bom estado de conservação e a sua agradável aparência estética. Estamos a falar do ambiente*

urbano. Ora, a Câmara e os privados têm que trabalhar em conjunto. Muitas autarquias, neste país, têm tido uma intervenção sobre a recuperação de fachadas de prédios antigos, desde fornecimento de materiais de muito baixo valor, por exemplo: cal – gratuitamente, para pintura de fachadas; até projetos mais robustos de parceria com privados para reabilitação. Oliveira de Azeméis não pode esperar mais e tem que ser feita alguma coisa de forma rápida, pedagógica e sustentada. No dia 19 deste mês de junho, no âmbito do Portugal 2020, foi publicado um aviso de candidatura para elaboração e apresentação do PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano), sendo que o prazo termina já a 10 de setembro. A Autarquia pode ainda recorrer a apoio até 25 mil euros para elaboração deste plano. Este aviso de candidatura foi dirigido a um conjunto restrito de municípios das Regiões Norte, Centro e Alentejo: Tem três eixos possíveis: Reabilitação de Zonas Industriais antigas; Regeneração Urbana; Regeneração de zonas de população desfavorecida. O Eixo Regeneração Urbana é, - a meu ver, uma grande oportunidade que o Município não pode desperdiçar para se aventurar a fazer uma revolução geral que urge ao nível da qualificação sensorial do nosso espaço urbano para podermos um dia ter uma cidade, antiga, agradável, limpa, cuidada, com harmonia em todos os seus componentes arquitetónicos. Recordo que a linha dorsal estruturante que constitui a nossa cidade, foi gizada pelo senhor Alfredo Andrade e data de 1944: Avenida Antonio José de Almeida, em linhas direitas, Jardim Público, Edifício, Salão Nobre e Mercado. De certeza muito inovador, disruptivo e arrojado para a época. Depois, já dos nossos tempos, vimos nascer a Praça da Cidade. Mais nada de relevante. Os Autarcas do CDS/PP, nesta Assembleia, entendem que este é o momento para apresentarmos as nossas propostas ao Executivo e à equipa ou comissão que vier a ser constituída para elaborar o PEDU. Portanto, vamos deixar aqui as nossas propostas para serem consideradas e que eu vou passar a ler: “Propostas: Este conjunto de propostas foi elaborado pelos eleitos pelo CDS/PP e representados na Assembleia Municipal e pretende ser um contributo para a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) para Oliveira de Azeméis, no seu componente de Regeneração Urbana. 1. Plano Diretor de Reabilitação Ambiental da Cidade: Consiste num plano detalhado regulador de intervenções futuras ao nível de fachadas de prédios, arruamentos, mobiliário urbano e obras de arte. Este Plano destina-se a ser um referencial para todas as intervenções no espaço público a serem executadas pelo município e igualmente pelos particulares. Deve ser elaborado em suporte digital, multimédia, em 3D, rua por rua, monumento por monumento, prédio por prédio, com tipos de materiais de acabamento, cores, candeeiros, adereços exteriores de prédios, toldos e elementos publicitários, etc. A partir deste plano, elaborar projetos conjuntos, município e particulares, para regeneração de todas as fachadas e ruas, recorrendo, naturalmente, a financiamento comunitários que irão surgir. 2. Central de Transportes: A central de camionagem existente deve, definitivamente, sair daquele local, demolidas as chaparias de zinco, terreno limpo e disponível para o domínio público. 3. Mercado Municipal XXI: O mercado municipal (de nova geração) deve ser construído no largo que confronta com a Rua Abílio Campos, no local outrora denominado “mercado provisório”. Este mercado deve seguir

o modelo que se observa nas grandes superfícies comerciais. Significa, rebaixar o terreno 2 a 3 metros para fazer parque de estacionamento, colunas e placa de cobertura sobre a qual é instalado o mercado, abrigado pela respetiva cobertura superior. Teremos um mercado feito de raiz, amplo, funcional, abrigado e com estacionamento coberto. 4. Salão Nobre: O edifício, ainda denominado “Salão Nobre” deve ser reabilitado com imponência, passando a caracterizar convenientemente aquele espaço. 5. Praça de Animação: O espaço em rampa subjacente ao Salão Nobre deve ser liberado (demolição do mercado) e destinado a uma praça de animação, com esplanadas durante o dia e animação nas noites de 6ª feira e de sábado. Com espaços amplos exteriores, com construções modulares destinadas a bares e salas de música. Esta praça de animação, a norte, assim fica ligada á Praça da Cidade, a sul, através do Centro Histórico num eixo central com vida para Oliveira de Azeméis, fazendo por fim jus ao seu slogan, sendo Azeméis Vida. Reabilitação física de ruas, prédios, fachadas, locais de divertimento, ponto de encontro geracional, espetáculos de rua, musical, poesia, etc. 6. Iluminação: Manutenção do existente sistema clássico de luminárias de luz difusa, em ferro forjado, com a natural evolução para lâmpadas de baixo consumo energético. A seguir, instalar um 2º plano de iluminação, moderno, descontinuado, composto por focos e projetores que, além de aumentar a luminosidade geral ambiente, permite explorar e utilizar jogos artísticos de luz ao longo dos percursos da cidade. Com destaques também para pontos de reconhecido interesse. 7. Empresas: Oliveira de Azeméis é um concelho dinâmico porque tem pessoas que além de empreendedoras são também empresários. Valorizam Oliveira de Azeméis, o Município também tem de corresponder. Propomos que seja destinado um espaço central na zona da cidade onde possa ser possível construir um edifício de raiz, com grande valor arquitetónico, moderno, com um plano funcional que sirva para apoiar a dinâmica empresarial do concelho e da região. 8 Bem Viver: Propomos a construção de um circuito pedonal e para bicicletas a ligar o centro da cidade e o parque de La-Salette, direto e com passagem sobre o IC2.” Este é um plano estratégico de desenvolvimento que seja orientador para o futuro. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Nuno de Jesus, do PS.=====

===== Boa tarde a todos. Um cumprimento a todos os presentes mas, permitia-me destacar um cumprimento a todos os Cesarenses, na pessoa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar. O assunto que me traz cá, já veio cá algumas vezes, Senhor Presidente Câmara, tem a ver com Linha do Vale do Vouga. Eu não vou falar muito do passado e daquilo que já foi falado aqui, é do conhecimento geral. Mas no início deste mês, estando a trabalho no concelho de Águeda, deparei-me num quiosque com este jornal “Soberania do Povo” e fui obrigado a comprá-lo porque tem aqui: “beneficiação do troço entre as estações de Águeda e da Sernada vai obrigar a um investimento de 3,4 milhões de euros.”; (página cinco –

Desenvolvimento.) Pude constatar, que, efetivamente, a obra já está adjudicada, já tem empresa fiscalizadora e tudo o mais. A questão é simples: Senhor Presidente da Câmara - o que é que nos pode dizer relativamente ao troço da linha do Vale do Vouga no nosso concelho de Oliveira de Azeméis? Também não vou relembrar aos presentes o estado em que está. Nesta altura, até está em pior estado de conservação em virtude da vegetação. Mas cremos que assim não pode continuar. Gostaríamos que o Senhor Presidente nos pudesse dar, de preferência, uma notícia idêntica a esta. Mas pelo menos que nos pudesse dizer, o que é que se passa, o que é que está a ser tratado com a REFER – a nova empresa de infraestruturas de Portugal, o que é que nos tem a dizer sobre a Linha do Vale do Vouga? Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Carlos Costa Gomes, do PSD. =

===== Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Junta de Cesar, Senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros colegas da Assembleia, meus senhores e minhas senhoras, comunicação social aqui presente. É sempre com grande satisfação, mas também com grande dever cívico, que participo nas Assembleias Municipais como deputado eleito pelos oliveirenses. Mas deixem-me dizer que é com redobrada satisfação que participo, hoje, aqui, nesta Assembleia que se realiza nesta terra que no passado já foi Aldeia e hoje é Vila e que adotei como minha. Sinto-mo por isso feliz porque, por breves horas, esta sala e este salão deste edifício já tão bem caracterizado aqui pelo nosso Presidente da Junta (início do século XX) é hoje a sala da democracia. Por isso, gostaria também como ele de desenvolver aqui duas ou três linhas sobre esta Freguesia. O progresso que aqui andou lado a lado com estas gentes. Gente que soube ser empreendedora sem correr riscos desde muito cedo. E a lembrar esta realidade lembro, por exemplo: A fundação da Feira dos 18, fundada em 1835, que na nossa perspetiva foi o motor catalisador depois de todo o desenvolvimento industrial nesta freguesia, faz este ano 180 anos. Estamos a duas décadas do bicentenário. Homens de coragem e determinados fizeram vencer as dificuldades do isolamento destas freguesias afastadas dos grandes centros, neste caso do Porto. A década de 50 e 60 foi pródiga também em Cesar. A fundação de um número considerado de empresas ou unidades industriais colocou Cesar no mapa das freguesias mais industrializadas do concelho de Oliveira e Azeméis e até mesmo dos concelhos vizinhos. O mapa desta realidade apesar dos grandes constrangimentos vividos nos últimos anos destruindo algum tecido empresarial, de que eu próprio também sofri danos colaterais, contínua no seu caminho impar na senda da internalização, da solida confiança que norteou homens e mulheres do passado. E, mais uma vez, para demonstrar esta realidade, recordo um artigo do jornal “Correio de Azeméis” onde cita as 100 melhores empresas do concelho de Oliveira de Azeméis. Senhor Presidente: para dizer que, 11% daquelas empresas estão sediadas em Cesar, num território de 5,4 quilómetros quadrados e com densidade populacional de 3066 pessoas, é muito importante também esta freguesia para o

concelho de Oliveira de Azeméis. Mas Cesar na década de 90, depois de alguma inercia cultural, viu nascer um novo ciclo cívico. Esta nova força pode dizer-se com toda a certeza que se funde no movimento associativo e, aqui, perdoem-me a imodéstia, a Villa Cesari tem feito um grande trabalho nesta matéria, mas também por uma nova moldura cívica que norteou a política imergente nesse período. Ambas, associativismo e cultura cívica, lado a lado, fizeram emergir um novo desenvolvimento cultural e o crescimento local que hoje é uma realidade e de que hoje todos no concelho reconhecem. Não posso deixar, Senhor Presidente, de lembrar aqui algumas instituições locais que também têm feito muito pela Vila mas, gostaria de ter tempo de falar de todas elas mas também não vou abusar da vossa paciência para não ser maçador. Mas deixem-me destacar o Futebol Clube Cesarense pela iniciativa realizada neste fim-de-semana dia 26, 27 e 28 de um torneio internacional - Mundialito, que foi na verdade um sucesso porque participaram nele 1300 atletas; Estiveram envolvidos no Staff mais de 300 elementos; Foram contabilizadas mais de 50 mil entradas nos 3 dias do torneio; Tivemos 80 voluntários, todos jovens, que estiveram na preparação mas também na realização do próprio evento. Só para dizer que o padrinho desta iniciativa, o guarda-redes Vítor Baia, deu mais de mil autógrafos a pessoas que estiveram presente nesta iniciativa. Elogios à boa organização deste evento não faltaram. Portanto, deixo aqui um voto de louvor e também de congratulação por esta iniciativa, ao Futebol Clube Cesarense. Mas lembro também senhores deputados, e perdoem-me desta minha ousadia, que no próximo fim-de-semana Cesar também realiza aqui as nossas grandiosas festas em honra ao Mártir S. Sebastião, S. Pedro e Nossa Senhora da Graça. Um evento que já tem décadas e que, ininterruptamente, se comemora no primeiro fim-de-semana do mês julho há bastantes décadas. Mas gostaria de lembrar e também já foi dito aqui. Eu também não me conformo por existirem coisas menos e boas e acho que é necessário sempre melhorar. Mas também nos devemos orgulhar das coisas bem-feitas. E lembro também a presença do ministro Poiares Maduro que soube reconhecer o trabalho notável que tem sido desenvolvido ao nível do concelho, nomeadamente ao nível da gestão autárquica que mais uma vez é referência a nível nacional. Gostava também de salientar aqui a “Queima das Fitas”. Um importante evento juvenil e que, diria, é um importante contributo não só para a economia local mas também para a população juvenil e também a sedimentação da Escola Superior no nosso concelho. Tantos concelhos que querem conseguir um equipamento como este. E nós aqui em Oliveira de Azeméis devemos fazer esta referência porque não só dá curso pré-graduados mas tem uma aposta muito séria e eu disso tenho experiencia, de cursos pós-graduados. E, portanto é uma referência que também devemos ter em conta. Mas, senhor Presidente, eu poderia enumerar aqui um conjunto de iniciativas do concelho: Um concelho pujante a nível associativo, cultural, social (de que a Dr.ª Gracinda Leal também muito tem dado a este concelho), desportivo, musical, e até mesmo artístico. Ontem mesmo visitei a cidade de Guimarães e pasmei-me porque só vi lá arte oliveirense, nomeadamente pelo artista oliveirense Paulo Neves. E portanto Oliveira de Azeméis também está fora do concelho e neste ponto está muito bem qualificado. E gostei de apreciar. É um concelho pujante e por isso o PSD não pode esquecer entre outras organizações que

realizam um trabalho notável e singular no panorama da cidadania, dos valores éticos, dos valores morais e mesmo espirituais. Senhor Presidente, estamos a falar dos Agrupamentos de escoteiros. E gostaríamos de deixar aqui uma proposta nesta Assembleia para ser votada. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis é um órgão representativo e por isso, neste pressuposto, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, o PSD, como força política local, sempre norteado pelos valores da social-democracia atento à realidade das nossas instituições, neste caso particular aos Agrupamentos de Escuteiros – Corpo Nacional de Escutas e Escoteiros de Portugal do concelho de Oliveira de Azeméis, submete, para apreciação e votação nesta Assembleia, seguinte proposta: “ O Escutismo assenta numa ação voluntária dos seus dirigentes e chefes, adultos e jovens, e o seu exemplo atuam como facilitadores no desenvolvimento dos mais jovens – crianças e adolescentes; Considerando também que todos os dirigentes recebem formação adequada, que ajuda no seu desenvolvimento pessoal coletivo e, por esta via, formam também os escuteiros mais novos para a cidadania participativa; Considerando ainda que o Escutismo promove a consciencialização e a partilha intergeracional, o convívio salutar entre todas as idades, para melhor compreensão da pessoa e do mundo; E considerando, finalmente, que a Missão do Escutismo consiste em contribuir para a educação dos jovens, partindo dum sistema de valores enunciado na Lei e na Promessa escutistas ajudando a construir um mundo melhor, onde as pessoas se sintam plenamente realizadas como indivíduos e desempenhem um papel construtivo na sociedade: a) Envolvendo as crianças e os jovens, ao longo dos seus anos de formação, num processo de educação não-formal; b) Ajudando as crianças e os jovens na definição de um sistema de valores baseado em princípios morais, éticos, cívicos, sociais, espirituais e pessoais expressos na Promessa e na Lei; c) Utilizando o método original, segundo o qual cada indivíduo é o principal agente do seu próprio desenvolvimento, para se tornar uma pessoa autónoma, solidária e responsável estabelecendo como compromisso pessoal: - Honrar um código de vida simples, - Trabalhar e desenvolver atividades em equipa, sempre no melhor interesse e nas escolhas que decorrem em contato com a Natureza, excelente ambiente de aprendizagem para cimentar um código de vida que promove a dimensão pessoal, a dimensão social e a espiritual. Tenho a honra de propor a esta Assembleia, em nome do PSD, que delibere: a) Integrar esta proposta na ordem de trabalhos desta Assembleia; b) Aprovar esta proposta para integrar o Orçamento da Câmara Municipal para o ano 2016, para cabimentação de uma rubrica de apoio financeiro à formação de crianças e jovens até aos 16 anos dos Agrupamentos de Escuteiros do concelho de Oliveira de Azeméis: - Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 1099 de Santiago de Riba-Ul; - Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 534 de Nogueira do Cravo; - Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 24 de Cucujães; Escoteiros de Portugal – agrupamento 18 de Cucujães; - Escoteiros de Portugal – Agrupamento 2012 de Oliveira de Azeméis; c) Que o valor da verba atribuir, por formando, seja fixada, entre 10,00€ (dez euros) a 15,00€ (quinze euros); d) Sem prejuízo de alínea c), tendo em vista o cariz do apoio aqui expresso, que seja assegurado um

valor mínimo de 500,00€ (quinhentos euros) e o valor máximo de 1.000,00€ (mil euros).” Tenho dito. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Naturalmente, cumprimento Senhor Presidente da Mesa em exercício, Senhor António Grifo, e demais membros, uma saudação muito especial ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar e a todos os Cesarenses, caros Vereadores, membros da Assembleia Municipal, estimado público. Em primeiro lugar agradecer o acolhimento em Cesar uma vez mais. Senhor Presidente muito obrigado pela forma como nos acolheu nestas magníficas instalações com a simpatia que caracteriza as gentes de Cesar. Por isso aqui os meus agradecimentos a seguir aos cumprimentos. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque – senhor Amaro Simões apresentou dois votos de congratulação, naturalmente que a Câmara Municipal também em reunião de executivo já aprovou, um voto de congratulação, também, ao Grupo Desportivo de S. Roque pela subida à 1ª Divisão Distrital num Play-Off aqui bem perto em Mansores. Onde, um dos dois, só um é que subia. Portanto, o S. Roque levou por diante esse desiderato. Os parabéns. E ao Sporting Clube de Bustelo que se sagrou Campeão Distrital. Ou seja, o trofeu mais alto dos campeonatos distritais da Associação de Futebol de Aveiro. E por isso mesmo os parabéns também ao Bustelo. Aliás, tivemos a oportunidade, em concertação com a Associação de Futebol de Aveiro, de entregar o lindíssimo trofeu de Campeão ao Bustelo no Largo em frente à Câmara Municipal. E, uma vez mais, já agora, partilhar convosco que efetivamente o Bustelo é um clube com uma mística muito própria. Porque nesta entrega deste trofeu, - a própria Associação de Aveiro ficou surpreendida -, estavam os atletas, estavam os dirigentes, os técnicos, o corpo clínico, todo o Staff de apoio, mas também estavam os adeptos - Os adeptos de bandeira - com bandeiras aplaudir os seus campeões. Portanto, deslocaram-se de Bustelo até ao Largo da República em frente à Câmara Municipal, para apoiar. Naturalmente que também nos associamos às congratulações de elevação a Vila. Amanhã mesmo teremos em S. Roque essa sessão evocativa e algumas também decorreram nas diversas freguesias que foram distinguidas com categoria de vila. E, relativamente ao reparo que o senhor fez, efetivamente nós também aguardamos algumas explicações relativamente ao território que hoje caracteriza a nossa ADRITEM. Como sabem a delimitação do território é via Ministério da Agricultura. Daquilo que me foi dado a conhecer, de alterações do ponto de vista territoriais, há a integração de Cucujães que numa primeira fase estava fora. E, agora, é verdade aquilo que o senhor Amaro disse: a questão de S. Roque não estar dentro do território ADRITEM. Há uma coisa que é clara, ou seja, aqui não é uma questão de penalização. E o senhor Amaro disse e bem: A freguesia de S. Roque até aproveitou, desde projetos privados a projetos públicos, a sua presença no território ADRITEM. E por isso, vamos

aguardar. Há novos desafios pela frente. Há seguramente também novos instrumentos fruto dos fundos comunitários. Estaremos atentos. Relativamente á intervenção do engenheiro Pinto Moreira também vou falar sobre essa matéria. E portanto vamos aguardar. A maior parte do nosso território pertence à ADRITEM, mesmo de outros concelhos, como é Santa Maria da Feira, como é Albergaria, como é Valongo. Vamos continuar a trabalhar e seguramente que não faltarão também oportunidades, como não faltou ao território de Cucujães quando estava fora no quadro Comunitário anterior, seguramente que iremos encontrar os mecanismos necessários para o desenvolvimento harmonioso das nossas freguesias e do nosso concelho. A senhora deputada Ana Neves falou dos políticos de palmo e meio. É evidente que foi mais uma sessão que decorreu e eu chamo a atenção para a qualidade das sessões. Há muita gente que já assistiu: estavam presidentes de junta também na última edição. Foi uma edição excelente. Há desafios agora pela frente. Eu estava a falar de S. Roque: temos um compromisso de limpar um caminho e fazer esse caminho senhor Presidente da Junta, portanto temos que o limpar e depois fazê-lo com as crianças da escola. E houve também a oportunidade destas crianças visitarem a casa da democracia (Assembleia da República). E portanto julgo que é uma iniciativa a manter, a reforçar, porque a qualidade das intervenções têm vindo a melhorar ano após ano. E por isso estão todos de parabéns a aqueles que participam nesta edição: professores, pais, alunos, auxiliares, todos aqueles que colaboram para que efetivamente as escolas possam participar. A intervenção do engenheiro Pinto Moreira levava-nos a uma discussão de ponto único da ordem de trabalhos, mas naturalmente que nós tomamos boa nota. Aliás, também deixou um contributo escrito que seguramente constará e ficará registado e será por nós lido com atenção, naquilo que vai ser a elaboração do PEDUS, porque é mais um instrumento fora da contratualização com os municípios para os próximos anos. Estamos a falar de uma verba de 383 milhões que estão disponíveis em sede de Aviso de Fundos Comunitários para 17 concelhos da Área Metropolitana mais 12 na Região Norte, ou seja: naquilo que diz respeito ao nosso território, são 383 milhões para projetos, nestas áreas que foram faladas, onde só podem concorrer estes municípios: os 17 da Área Metropolitana e mais 12 que eles chamam cidades superiores. Sem menosprezo para nenhum dos outros territórios mas são opções. Há bocado também estávamos a falar de S. Roque ter ficado fora da ADRITEM e aqui também há um conjunto de municípios que ficaram fora deste Aviso onde teremos que fazer o tal plano (PEDUS). Como sabem, aqui na Assembleia Municipal, também já aprovamos o MARU que tem a ver com a zona histórica da cidade e também com a zona desportiva portanto houve depois um prolongamento da área de reabilitação urbana. Nós temos trabalhado esses instrumentos em sede de executivo e em sede de assembleia municipal. O senhor engenheiro Pinto Moreira falou daquelas horas de emissão na televisão: É verdade que a fachada da Igreja é uma fachada emblemática, e é uma fachada bonita e era ela que servia de âncora ou de suporte a este cenário; Porque a RTP também achou, tendo em conta a exposição solar e o Mercado à Moda Antiga, que aquele cenário era um bom cenário. Mas, é bom lembrar que, quem estava a ver durante a tarde a televisão pode ver coisas únicas como o Parque Temático Molinológico, como o Parque de La-Saleta, como os

Roteiros Literários de Ferreira de Castro, em Ossela, e como também o nosso Berço Vidreiro. Dizer que o engenheiro Pinto Moreira falou das várias entradas de Oliveira de Azeméis. É verdade que há questões a alterar e isso nós não temos a menor das dúvidas. Estamos a trabalhar na questão da regeneração urbana e da requalificação urbana aproveitando os instrumentos que temos disponíveis através do Portugal 2020, aliás, este PEDU é um deles, há mais. Mas, por exemplo: entrada Centro – entrada Oliveira de Azeméis Centro, tem neste momento uma recuperação de um edifício (onde funciona a INDUMED) que é uma recuperação excelente, é um edifício emblemático; Em frente há também um promotor privado que está a fazer uma recuperação, e está já em fase terminal, de requalificação de prédios antigos; E logo ali à entrada do Diplomata, também um investimento privado, a recuperação de uma casa daquelas casas antigas. Agora, estamos a falar de propriedade privada. Compete-nos também a nós chamar à tenção dos privados para os instrumentos que estarão disponíveis. E seguramente que nós estaremos atentos nessa matéria. Depois, relativamente aos pontos concretos eu não ia agora iniciar a discussão e dar nota que tomamos boa nota. Alguns temos que os compatibilizar com o PDM que foi aprovado ou seja, o PDM é o instrumento máximo que está em vigor, refiro-me concretamente a um, mas há aqui outros. Como disse, eu não queria reabrir a discussão. Mas, nós no novo PDM apontamos a construção do novo Mercado para uma zona junto ao ex-Staples, para aquela zona da cidade, porque na zona que o engenheiro Pinto Moreira falou está prevista a construção de uma outra infraestrutura que não o Mercado Municipal. Por exemplo, onde hoje é a Central de transportes aquilo é privado não é público. Ou seja, nós não podemos chegar ali deitar abaixo. Conforme disse, teremos naturalmente que trabalhar. É evidente que é uma situação que não nos enobrece. Mas, só para que se tenha uma noção do trabalho que deu, por exemplo, demolir aquela casa antiga em frente à Central de Camionagem. E tivemos que ser nós a demoli-la, depois de muita negociação com o privado que naturalmente tem também direitos e também tem obrigações. Mas se bem se lembram até fomos nós que tivemos que proceder à demolição e depois ao transporte dos resíduos. Efetivamente aquela casa estava a oferecer perigo e tinha sido muitas vezes falada aqui na Assembleia Municipal. Portanto, eu agradeço os contributos e dar nota que servirão também para o PEDUS – Plano Estratégico Desenvolvimento Urbano Sustentável que precisamos de fazer. Só chamar à atenção, porque o engenheiro Pinto de Moreira disse e é verdade e é uma preocupação que temos apesar de já estarmos a trabalhar, porque o prazo para a elaboração destes planos é até 10 de setembro. Portanto, 10 de setembro os 29 municípios (17 +12) têm que apresentar este plano. E não é fácil até pelos tempos que ai vêm, o mês de agosto é um mês parado e portanto temos que trabalhar bastante para que isso fique tudo pronto para podermos naturalmente concorrer a essa fatia dos 383 milhões. Seguramente que vamos a jogo, isso fica já garantido. E vamos a jogo para procurar ter uma fatia de leão nestes 383 milhões que estão disponíveis para os 29 municípios no norte do país. O senhor deputado Nuno de Jesus trouxe aqui a soberania do povo, relativamente ao troço de Águeda – Sernada, e depois falou na questão de Oliveira de Azeméis e do Vouginha – da Linha do Vouga. Eu queria dar nota do seguinte: Nós temos que encarar e já

não é a primeira vez que o digo, (julgo que até de uma pergunta feita pelo seu colega de bancada – senhor deputado José Lourenço), nós temos duas situações que temos que equacionar: Oliveira de Azeméis - Espinho / Espinho - Oliveira de Azeméis e Oliveira de Azeméis – Águeda / Águeda – Oliveira de Azeméis. Isto já foram feitos estudos; Como sabem, há um estudo de mobilidade e é uma das matérias que está em cima da mesa, também agora no próximo Quadro, que é as questões de mobilidade naquilo que diz respeito à transformação da linha entre Oliveira de Azeméis – Espinho e Espinho – Oliveira de Azeméis. É um estudo conjunto feito pela Área Metropolitana do Porto que engloba Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Santa Maria da Feira e Espinho: onde é a alteração da linha, modificando o próprio transporte, ou seja: não serem aquelas automotoras antigas, modernizando a linha e fazer a ligação ao Porto. O estudo está feito. Os governantes sabem do estudo. Agora não é a REFER a empresa mudou de nome. Como sabem, a REFER e a Estradas de Portugal são uma única empresa: também conhecem o projeto. Situação diferente é aquela que diz respeito à zona sul: Oliveira de Azeméis – Águeda e Águeda – Oliveira de Azeméis. Portanto, nós, desde a última Assembleia Municipal senhor deputado, não temos nenhuma evolução relativamente a essa matéria. A própria criação da nova empresa também, se calhar, veio atrasar um pouco tudo isto. Eu comprometo-me a pedir informações. Já o fiz várias vezes junto da tutela, mas neste caso concreto junto da nova empresa para saber o que é que eles pensam fazer. Queria dizer isto, senhor deputado, com toda a frontalidade: Nós não podemos encarar esta situação quer para o norte quer para o sul como um problema de Oliveira de Azeméis, isto é um problema da região. Nós não temos uma solução só para o nosso concelho porque não faz sentido fazer Oliveira de Azeméis – Cucujães ou Oliveira de Azeméis – Pinheiro da Bemposta; Tem que ser tudo integrado Oliveira de Azeméis – Ul – Travanca – Pinheiro da Bemposta e Oliveira de Azeméis – Santiago de Riba-Ul – Cucujães. Portanto, temos de encarar isto numa lógica, para norte numa lógica metropolitana e para sul numa outra lógica. Mas eu registo a sua questão e naturalmente procurarei junto das entendidas responsáveis. Dizendo-lhe sem me querer refugiar ou esconder em rigorosamente nada, dizer que: nós participamos ativamente na construção da solução de mobilidade para o norte no troço Oliveira de Azeméis – Espinho. Isso não aconteceu para o sul, também dizer isto: Não vale a pena dizer que está no mesmo plano porque não está. Não quer dizer que vá andar uma e não vá andar outra. Não quer estar aqui a adiantar nenhum cenário. Como lhe digo - não depende só de nós. Agora, nós achamos que a oferta de transporte e de mobilidade ferroviária é extremamente interessante para Oliveira de Azeméis. Isso não duvidamos. Até porque, depois permite-nos naquelas que são as preocupações ambientais, as emissões de carbono e outras, se nós tivermos menos carros nas ruas e se andarem mais pessoas a utilizarem transportes públicos, nomeadamente a oferta ferroviária, também estamos a melhorar a qualidade do ar que respiramos e isso também é importante. Quanto às questões que foram colocadas pelo senhor deputado Carlos Costa Gomes, relativamente ao crescimento e ao desenvolvimento de Cesar e à sua pujança do ponto de vista associativo e do ponto de vista empresarial. Claro que nos associamos. Cesar é uma freguesia que, também a exemplo de

outras do concelho, se tem desenvolvido, tem uma forte pujança associativa, é verdade. E ainda neste fim-de-semana, conforme disse o senhor deputado Carlos Costa Gomes: esse Mundialito de futebol foi uma forma de atrair milhares de pessoas a Cesar, porque as bancadas do complexo desportivo do Mergulhão estiveram cheias durante os vários dias. Equipas internacionais. Portanto, estão de parabéns pela organização desse evento que mobilizou muita gente. Dar nota que: falou que esteve em Guimarães e que viu uma exposição do Paulo Neves. Como é que lhe hei-de explicar: Começam a ser poucos os concelhos que não têm obras do Paulo Neves. Eu acho que é muito importante para nós. O Paulo Neves é orgulhosamente, um Cucujanense, um Oliveirense assumido. Apesar da sua projeção mediática e do seu talento ele nunca esquece as origens. Portanto, ele tem o seu ateliê, tem a sua galeria, tem o modelo de galeria que é uma coisa também única, em Cucujães. E já agora dizer que no próximo dia 4 o Paulo Neves vai inaugurar uma exposição em Oliveira de Azeméis, na galeria Tomás Costa, estão todos convidados. E é uma oportunidade para uma vez mais apreciarmos por perto o talento extraordinário, do Paulo Neves, a criatividade a imaginação. É efetivamente um dos grandes vultos da atualidade do ponto de vista cultural e orgulhosamente é do nosso concelho – Vila de Cucujães. E como ele sempre diz: nunca em nenhuma circunstância se esquece das suas origens. Quanto à proposta que o senhor deputado Costa Gomes fez; naturalmente que é uma decisão da Assembleia Municipal. Mas deixe-me dizer que o Executivo Municipal a acolhe. E é uma proposta interessante, naquilo que é o apoio que já damos á formação musical, que já damos á formação desportiva e também ter uma componente para esta escola da cidadania que são os grupos de escoteiros. E conforme disse, nós temos a sorte de ter vários espalhados pelas diversas freguesias com um trabalho extraordinário. E portanto, se a Assembleia Municipal assim entender, a Câmara Municipal acolhe com agrado essa proposta e incorporará no próximo orçamento conforme já fizemos também noutras vertentes e noutras propostas que foram apeladas em sede de Assembleia Municipal. Nós vamos iniciar agora a construção do Orçamento, pelas novas regras começa mais cedo. E portanto se for entendimento desta Assembleia nós tomaremos boa nota e teremos depois que, a partir do momento que a verba estiver inscrita, fazer os protocolos com os diversos grupos de escoteiros. Mas, parece-me interessante naquilo que representa: formação de cidadania; espírito de cidadania. Parece-me bastante interessante esta proposta. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do representante do Senhor Presidente e, naturalmente, permitam-me também um cumprimento especial à Vila de Cesar, na pessoa do senhor Presidente da Junta de Cesar - Senhor Augusto Moreira. Na Assembleia Municipal de fevereiro último, tivemos oportunidade de fazer o balanço do primeiro ano da concessão da rede de abastecimento de água e saneamento básico. Tivemos também a

oportunidade de rever o investimento que fizemos ao longo dos anos e aquele que ficou comprometido com a concessão do serviço a privados. Este é possivelmente o assunto que menos gosto de abordar. A esta data uma questão como esta deveria ser um não assunto porque já deveria estar mais do que resolvido. Não é assim, é a realidade que temos e é com ela que lidamos. Já sabemos que somos os tipos do contra e que o sucesso não é nosso. Se quiséssemos recordar até um panfleto de campanha sobre a forma de carta: O Partido Socialista foi até acusado de ser o responsável pela falta de rede de água e saneamento. Enfim, entre a propaganda e a desinformação, lá temos que lidar simultaneamente com a realidade da falta de infraestruturas e com as críticas por estarmos realmente indignados. Uma coisa é certa: um ano depois da concessão, e seis anos depois dos novos horizontes, estamos com o mesmo nível de água e saneamento. O concessionário, esse, apresentou, no primeiro ano, um avit de 500 mil euros e um resultado líquido de 270 mil euros. E nem estava previsto lucro no primeiro ano. Talvez agora, esperemos, por exemplo, que o executivo possa rever algumas das suas saídas e perceba finalmente que quando a receita é superior à despesa: isso é bom, quer no setor privado, quer no setor público. Talvez agora o executivo não reaja tão gravosamente quando várias vezes dizemos que perdemos uma importante fonte de receita. Aqui está o que queríamos dizer. Estando na esfera do domínio público a receita poderia muito bem agora reforçar a nossa capacidade de investimento. É simples deste ponto de vista. Mas na última assembleia, já um pouco irritado, o Senhor Presidente sugeriu-me, em resposta há minha intervenção sobre rede de água e saneamento, que tomasse nota e estou a citar: “- em termos concretos, se quiser tomar nota, porque eu sei que o senhor gosta de tomar notas: (abra aspas) “privilégio efetivo do investimento na rede em baixa.” E disse ainda na mesma intervenção, e continuo a citar: “ E a partir da segunda quinzena de março lá teremos que apresentar as nossas candidaturas. E esse trabalho também lhe posso dizer que está feito senhor deputado. Quando o senhor diz: Então a concessão está a fazer um ano e não fez nada? Não. Fez muita coisa.” - (fim de citação). Senhor Presidente, pelo menos em prazos, - posso-lhe dizer: o Senhor continua de uma coerência férrea. Mas, independentemente das notas e de tom mais ou menos irritado, o que continuo a quer discutir, efetivamente, são as necessidades urgentes que o concelho apresenta em matéria de abastecimento de água e saneamento. Sempre dissemos que um serviço privatizado não só diminuía a capacidade de intervenção do município, como também seria mais oneroso para os municípios. Dissemos isto com real preocupação, apesar de várias vezes vossas excelências afirmarem que não seria assim e que os preços dos serviços seriam controlados pela autarquia. Agora que a concessão é uma realidade os problemas começam, infelizmente, a tornarem-se mais visíveis. Um deles, muito concreto, tem a ver com o esvaziamento de fossas. Como sabem, temos apenas 42% de rede em baixa, dos quais 27% tratada. Na ausência de rede e respetivo tratamento, o serviço de recolha e esvaziamento das águas residuais fica, de acordo com a concessão, sob a tutela da Indaqua. Atualmente e em consequência dessa concessão Vossa Excelências sempre disseram que não trariam mais custos e até traria – disseram em alguns momentos – diminuição do preço da água; Já verificamos que esse serviço é, para muitos

municípios, muito mais oneroso do que o anterior. A alteração das políticas e dos custos da gestão está, mais uma vez, a recair sobre os do costume. Este serviço de recolha e esvaziamento das águas residuais pode representar, neste momento, para muitas famílias ou condomínios várias centenas de euros mensais. Mais, o serviço pode custar hoje mais do dobro do que custava quando, por exemplo, era ou é assegurado pelas juntas de freguesia. Repare-se: isto significa que em Oliveira de Azeméis, neste momento, alguns têm rede e outros não, uns pagam valores bastante inferiores, outros pagam valores bastantes mais superiores e ainda têm que lidar com a chatice de ter a fossa cheia. Recordo que, todos pagamos os mesmos impostos, vivemos todos no mesmo concelho. Entre outras, isto gera uma desigualdade entre cidadãos e um custo significativo para muitas famílias. Bom, na ausência de redes, temos no mínimo que tentar minimizar os problemas. Em sede de Executivo os Vereadores do Partido Socialista apresentaram uma proposta para que fossem promovidas, junto da concessionária, alterações as tarifas de recolha de águas residuais. Esta proposta foi aprovada por todo o Executivo. A aprovação da proposta é um sinal de vontade política e de boas intenções. A sua concretização é uma necessidade real e efetiva. Nesse sentido, Senhor Presidente, gostaria de saber que iniciativas já tomou ou tomará brevemente a este respeito? Entende que o Município tem margem de manobra para negociar esta questão com a concessionária? Não havendo abertura: que solução antevê? Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado António Cruz, do PSD.=====

===== Boa tarde. Queria deixar um cumprimento especial ao Senhor Presidente de Junta anfitrião e na sua pessoa cumprimentar todos os Cesarenses, as coletividades e também todos os presentes nesta sala. A bancada do PSD, regista com agrado e dá nota positiva a dois recentes acontecimentos de gestão e parceria que ocorreram na área da saúde: O primeiro acontecimento foi o anúncio público das obras que se irão realizar, embora de pequena monta mas necessárias, no Hospital S. Miguel. E esse anúncio público teve a presença do Senhor Presidente do Conselho da Administração do Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga – Dr. Miguel Paiva, do Senhor Presidente da Câmara e da deputada oliveirense e membro da comissão da saúde na Assembleia da Republica – Dr.ª Carla Rodrigues. Poder local, administração hospitalar, poder deliberativo juntos com o mesmo objetivo: Trabalho, transparência e parceria com um único fim: Servir o interesse e as necessidades das pessoas. Segundo acontecimento que queria dar nota: Anúncio da parceria entre o Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga e a Câmara Municipal para levar a cabo o rastreio oftalmológico à população infantil do concelho. Esta parceria para o rastreio oftalmológico – chamado: olho preguiçoso - será implementado no início do próximo ano letivo e abrangerá cerca de 1500 crianças. Idêntico trabalho foi feito no concelho vizinho de Santa Maria da Feira e que permitiu

que 10% das 16 000 crianças rastreadas fossem encaminhadas para consulta ou tratamento da mesma doença. Felizmente, também na área da saúde, vão aparecendo bons trabalhos, fruto de concertação e parcerias desinteressadas e limpinhas. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado José Lourenço, do PS.=====

===== Excelentíssima Mesa, cumprimento especial ao Senhor Presidente – Augusto Moreira, Executivo, Vereadores, colegas, público, comunicação social. Venho aqui dar mais uma pequena nota sobre a importância da regulamentação dos apoios concedidos às coletividades. Temos assistido, na última dezena de anos, de forma sistemática, à atribuição de subsídios e apoios a coletividades de forma avulsa. Também já o dissemos no passado, por diversas vezes, que importa regular e tratar de forma igual todas as coletividades do concelho, não deverão de haver associações de primeira e associações de segunda. O dinamismo do nosso associativo, como se viu por exemplo no Mercado à Moda Antiga e com certeza de seguida alguém vai falar nisso, merece ser apoiado com base em regras claras e objetivas sem terem, como é usual, de andar de mão estendida junto da Autarquia. A legislação a isso obrigará. Mas importava que o executivo promovesse essas alterações por forma a que as mesmas estejam prontas até ao final do ano de modo a que os nossos dirigentes associativos possam saber com o que podem contar na elaboração dos seus orçamentos para 2016. Relembro que no passado, antes dos cortes nos subsídios às associações, existia o tal regulamento. O trabalho está feito: é só ajustar e aplicar. Senhor Presidente: Se Azeméis é Associativismo: Vamos torna-lo melhor. Está nas suas mãos. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor José Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ossela. =====

===== Boa tarde a todos. Queria saudar o Senhor Presidente - Hermínio Loureiro e todos os Vereadores, Senhor Presidente da Mesa – António Grifo, os meus cumprimentos sinceros e saudações ao Augusto Moreira nosso anfitrião, a todos os elementos da Assembleia Municipal, comunicação social, colegas Presidentes de Junta, aos funcionários da Câmara e a todos, em geral. Meus senhores e minhas senhoras, no passado dia 22 de junho, com a presença de sua excelência Dr. Herminio Loureiro e a senhora vereadora Dr^a Gracinda Leal, decorreu um acontecimento muito nobre na Casa Museu Ferreira de Castro onde nasceu o nosso ilustre escritor: A apresentação da revista “Patrimónios de OAZ” que certamente será um meio de divulgação do património do nosso município e região. Eu como presidente da humilde freguesia de Ossela, não podia estar mais satisfeito com o local escolhido para o fazer, entendo

que foi sítio apropriado para tão significativo ato. Bem-haja, Senhor Presidente. Não foi para falar deste acontecimento que aqui subi: Mas, para sim - não ficaria bem para comigo se não disse-se o que vai na minha alma: Este acontecimento foi realizado em cima de um soalho novo, mas com as características do que lá existia que provavelmente seria o mesmo de quando ali nasceu o escritor Ferreira de Castro. No decorrer destes anos o mesmo teve de ser alvo de algumas intervenções pontuais. Mas desta vez foi uma intervenção de raiz muito bem-feita e há muito desejada. Conheci pessoalmente Ferreira de Castro. E creio que estará grato, tanto quanto eu e os Osselenses, pelas obras de beneficiação lá executadas. Como mencionou e bem, na apresentação da revista: A Casa irá ser também intervencionada a nível de infiltrações de humidades; Foi e é fulcral para preservar o pilar da nossa cultura e assim fazer jus à memória deste escritor nascido em Ossela que mundialmente é conhecido e respeitado. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Jorge Pereira, do CDS/PP. =====

===== Muito boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, colegas de bancada, membros da Assembleia, jornalistas, em especial aos Cesarenses, comunicação social. Esta Assembleia é a última antes de entrarmos num período de férias de verão. E, deste modo, gostaria de trazer aqui um assunto que ainda toca bastante aos oliveirenses. Dia 12 de agosto de 2015, ainda faltam alguns dias para lá chegarmos, alguns meses até. Há 10 anos atrás (precisamente 12 de agosto de 2005): acontecimento trágico na sociedade oliveirense, em particular com os Bombeiros Oliveirenses; acidente onde vitimou 4 Bombeiros, tendo 3 deles falecido e uma bombeira sobreviveu; quatro (4) jovens que, nesse dia, momentos antes de saírem do quartel para um incêndio que iam combater conviviam radiantes da sua juventude, radiantes do seu espírito de equipa e de união e acima de tudo respiravam amizade entre todos, eram uma verdadeira equipa, eram considerados uns bravos guerreiros da paz. Nesses dias, a população oliveirense prestou justas homenagens, aos Bombeiros. Tínhamos perdido 4 bons Bombeiros; Sim - digo 4; porque, apesar de haver uma sobrevivente, ainda hoje, a Vera Marques não recuperou e nunca mais conseguiu entrar naquele Quartel. Gostaria assim de pedir a esta Assembleia uma justa homenagem, marcando estes 10 anos deste acontecimento trágico. Mas gostaria de pedir que não se fizesse um minuto de silêncio, mas sim com uma salva de palmas pois eles eram e tenho-os na memória como pessoas alegres e divertidas. =====

===== A Assembleia homenageou os Bombeiros vitimados, com uma salva de palmas. ==

===== Seguidamente, o deputado Jorge Pereira continuou a sua intervenção. =====

===== *Em 2005 foi de facto um ano muito fatídico para todo o município de Oliveira de Azeméis e para o país em geral com a vaga de incêndios que se estenderam de norte a sul do país. 2015, este ano, é um ano que se aproxima das condições características e climatéricas de há 10 anos atrás. Ainda agora recebi a informação de um grande incêndio em Alvarenga que os Bombeiros estão a acorrer. As freguesias de Macinhata da Seixa, Travanca, Palmaz, Ossela, Pinheiro da Bemposta em todo o seu coberto vegetal foi transformada em cinzas pelos incêndios desse ano de 2005. Muitas habitações estiveram na iminência de arderem. Os cidadãos afetados tiveram muitas perdas quer ao nível agrícola, florestal e de bens. Muito dinheiro foi gasto no combate aos incêndios. Perdemos vidas humanas. Pessoalmente perdi três amigos, sendo um deles o meu melhor amigo o engenheiro Pedro Figueiredo. Há tragédias e acontecimentos fatídicos que depois se poderão transformar numa janela de oportunidades. Impõe-se perguntar: Quais as lições tiradas desse acontecimento? Que medidas foram tomadas para minimizar consequências futuras? Cinco freguesias limpas literalmente pelo fogo: volvidos dez anos estarão melhor preparadas? Estarão melhor organizadas no âmbito do planeamento florestal? Em 2006, novos acontecimentos: grande incêndio na Mata do Covo, incêndio este que chegou às portas da cidade; 2007, 2008; Chegamos a 2010 novamente com um incêndio de enormes proporções no Pinheiro da Bemposta; 2011, 2012; 2013 novamente incêndios na Mata do Covo, Vilar e Ossela; E, em 2015, como será? O CDS/PP, na Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2014, apresentou um conjunto de propostas com medidas a aplicar no sentido de se trabalhar a trabalhar o planeamento e organização florestal. Tanto quanto sabemos, essas propostas foram bem acolhidas pelo Executivo. Mas está na altura certa de questionar: Senhor Presidente - O que foi feito nesse sentido? - Foram ou não bem acolhidas essas medidas? A nossa proposta defendia: Levantamento do cadastro dos proprietários florestais; Planeamento e definição do mosaico florestal a implementar nas nossas matas; Pontos de abastecimento de água quer para meios terrestres, quer para meios aéreos de combate a incêndios, sua recuperação e implementação de novos pontos; Redes primárias, secundárias, terciárias, a sua construção, manutenção e ampliação; A construção de contenção de incêndios, conhecidos como aceiros e arrifes; Definição e construção de zonas de depósito de sobrantes florestais e vegetais. Continuamos preocupados com esta realidade. Mas continuamos preocupados também com uma outra realidade muito relacionada com a anterior. Falo agora no Serviço Municipal de Proteção Civil. Senhor Presidente – reconheço na sua pessoa, e justiça seja feita, um Autarca preocupado e interessado nos seus cidadãos. Quando acontece um qualquer acidente, o Senhor é um bom exemplo e apresenta-se no imediato ao lado dos agentes da Proteção Civil, nomeadamente dos Bombeiros não lhes faltando com nada apoiando-os nas suas ações. Isso, também posso testemunhar. É também sua obrigação fazê-lo. Muitos outros não o fazem, também é verdade. Mas Senhor Presidente, neste âmbito, e o Senhor sendo a autoridade máxima ao nível Municipal de Proteção Civil, também poderia ser um bom exemplo a montante das ações de proteção civil. Estou a falar do planeamento. Estou a falar do levantamento dos riscos, quer naturais, quer tecnológicos e o seu devido tratamento e implementação de medidas*

preventivas e mesmo corretivas. Estou a falar da constante atualização do Plano Municipal de Emergência, nomeadamente os seus anexos que têm a obrigatoriedade mínima de atualização anual - deve ser uma constante. Estou a falar na elaboração de planos prévios de atuação com os diversos agentes de proteção civil existentes no município, para fazer face aos diversos riscos existentes no município e treinar com simulacros essas respostas. Estou a falar da coordenação dos diversos agentes de proteção civil no Município. Estou a falar para quando o cumprimento da Lei 65/2007 de 12 de novembro, onde todos os Municípios têm de ter um Comandante Operacional Municipal futuramente designado – Coordenador Municipal de Proteção Civil, para operacionalizar o Serviço Municipal de Proteção Civil, pois são estes quem faz essa coordenação. Estou a falar da coordenação operacional dos agentes municipais de proteção civil nos diversos teatros de operações ao nível do município. Estou a falar da coordenação entre o Serviço Municipal de Proteção Civil e o Gabinete Técnico Florestal. Estou a falar da ativação do Plano Municipal de Emergência. Ativado até hoje uma única vez, em 2006, por imposição do Senhor Governado Civil da época – Dr. Filipe Neto Brandão. Nunca mais foi ativado, é um facto a nível nacional. Mas podemos e devemos ser melhores. E para que serve esta ativação? Para uma melhor e maior eficaz de gestão de meios e disponibilização destes num teatro de operações ao nível do município e haver um órgão operacional, que é político a gerir essa ocorrência; É da sua competência Senhor Presidente. Já lá vai o tempo em que alguns presidentes de Câmara vinham para as televisões gritarem: – “Onde está a Proteção Civil”. Um tiro dado nos próprios pés. Estou também a falar de um papel fundamental de um Serviço Municipal de Proteção Civil nomeadamente, a informação, a formação dos seus cidadãos promovendo ações pedagógicas e exercícios com o seu envolvimento. Estou também a falar do planeamento dos grandes eventos realizados no município, exemplos como as Festas da La-Salette e o Mercado á Moda Antiga que trazem milhares de pessoas à cidade e que daí advém muitos dos riscos. Já imaginou, Senhor Presidente, o que seria se no nosso Mercado á Moda Antiga - (evento de grande reconhecimento já a nível nacional, evento que dinamiza a economia do nosso município e o associativismo) - se, por ventura, ocorre um incêndio numa das barraquinhas? Será impossível de acontecer? Não. Não me parece. Até porque, muitas delas usam o fogo, como sabemos. E os materiais combustíveis que envolvem essas barraquinhas são da classe M4 (Materiais facilmente inflamáveis) quanto ao nível de inflamabilidade. Já se deu a imaginar o que se iria suceder nos momentos a seguir? Onde não existem vias de evacuação; Onde não existem meios de prevenção no local; Onde não existe um plano prévio de intervenção par as respostas de situações de emergência. Teríamos certamente o caos instalado, o pânico generalizado e muito provavelmente teríamos o evento condenado no seu futuro. Senhor Presidente, um dos logotipos do Município é “ Azeméis é Segurança”, faça por favor justiça a este logo. Muito obrigado. =====

=====
Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.
=====

=====
Relativamente às questões que foram colocadas nesta segunda ronda, começamos pela intervenção do Senhor deputado Bruno Aragão: Dizer-lhe que, neste momento, apesar de no contrato de concessão estar a exclusividade do esvaziamento das fossas ser feito pela Indaqua, a Indaqua foi sensível a que esse trabalho pudesse ser feito pelas Juntas de Freguesia que o faziam, tinham tratores para isso e portanto houve sempre por parte da Indaqua esta perspectiva de cooperação relativamente à matéria que colocou. Estamos a falar da prestação ed um serviço diferente porque a Indaqua faz com um camião com maior potência, mais rápido, mas é - como disse - mais caro do que aquela que é a tarifa que as próprias juntas de freguesia praticam. Mas, como disse, a Indaqua mostrou sempre essa cooperação e aceito sempre que o serviço pudesse ser feito também por outras entidades. O senhor deputado Bruno Aragão falou que hoje oliveirenses têm serviço de saneamento, outros não têm. Quase que associando isso á questão da concessão. Antes da concessão já era assim, portanto temos um problema estrutural que temos que resolver. Não vale a pena em todas as Assembleias Municipais discutir a mesma matéria. A nossa opção foi a da concessão, a do senhor deputado era outra. Mas, é como lhe digo, foi essa a opção é esse o caminho que estamos a percorrer. E dizer-lhe que a proposta, que o senhor fez referência, apresentada pelos senhores Vereadores do Partido Socialista foi aceite como recomendação e já foi até falada com a administração da Indaqua que ficou de nos dizer alguma coisa relativamente a essa matéria. Portanto, não vamos agora adiantar cenários, ainda, estamos em fase de conversação com a Indaqua relativamente a essa matéria. Dizer-lhe que deu entrada, entretanto, na Câmara Municipal o projeto da construção da ETAR, a sul, e do emissário do Cercal (que faz S. Roque, Cesar e Nogueira do Cravo). Quanto às questões colocadas pelo senhor deputado António Cruz: Confirmando efetivamente que o Dr. Miguel Paiva visitou o Hospital de Oliveira de Azeméis, Hospital S. Miguel. Anunciou, dentro daquele que o orçamento do Centro Hospitalar, um investimento na melhoria das condições para quem trabalha no Hospital S. Miguel mas também para quem, infelizmente, tem que estar internado ou tem que recorrer aos serviços do Hospital S. Miguel. Dizer que há intenção clara do Centro Hospitalar na valorização do Hospital de Oliveira de Azeméis, numa perspectiva de outras valências e na prestação e outros serviços. E, portanto, encaramos de forma muito positiva a presença do senhor presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga. E é verdade também, e confirmo, a questão do rastreio oftalmológico. Como disse e bem o senhor deputado António Cruz, - “olho preguiçosos”. Nós vamos já iniciar esse rastreio no início do próximo letivo. Portanto, é uma parceria entre o Hospital e Câmara Municipal. Onde a Câmara Municipal através do pelouro da Educação disponibiliza transporte e um técnico da educação para fazer este encaminhamento junto da população escolar. Por isso, julgo que é uma medida muito positiva. É muito interessante também ver esta perspectiva e

naturalmente há aqui uma atitude preventiva porque, o diagnosticar este “olho preguiçoso” em idades como a que vai ser feito o rastreio, resolve muitos problemas. Há uma percentagem elevada de resolução do problema que depois só resolve mais tarde com recurso a lentes e a óculos e portanto dar essa nota que é muito interessante. Quanto á intervenção do senhor deputado José Lourenço. Eu percebo o termo, mas deixe-me só fazer uma pequena correção. O movimento associativo de Oliveira de Azeméis não anda com a mão estendida. Eu não vejo nenhuma associação de mão estendida. Vejo associações cheias de vitalidade e cheias de projetos. E também não vejo nenhuma associação que tenha um projeto e que não seja apoiada pela Câmara Municipal. Dê-me o exemplo de uma associação que tenha vindo à Câmara Municipal, não de mão estendida porque ninguém anda de mão estendida no Concelho, com um projeto e que leve uma resposta negativa da Câmara; Não há uma. E portanto dizer-lhe: E temos um movimento associativo pujante que é um exemplo para outros concelhos. E não é por termos o programa de apoio. Não é isso. Nós temos uma dinâmica associativa extraordinária. Temos dirigentes associativos como se calhar não há noutros concelhos. São do melhor que há, não tenha a menor das dúvidas. E aquilo que lhe posso dizer, até fruto do novo enquadramento legislativo há a necessidade de regulamentar os apoios e é um trabalho que está ser feito. Portanto, não é reativar o regulamento passado até porque a legislação mudou e há outras conjunturas. Mas isso vai ser feito e teremos que o discutir e aprovar aqui, tem que ir a discussão pública e depois é aqui discutido na Assembleia Municipal e, portanto, é uma necessidade também do ponto de vista legislativo. Mas deixe-me só dar esta nota que é: Todos os projetos têm sido apoiados. É verdade que o Regulamento vem ajudar; Eu não duvido disso. Estamos a falar dos fundos comunitários: Nós sabemos os regulamentos mas temos de fazer as candidaturas de acordo com os fundos comunitários. Dizer-lhe que: O movimento associativo tem sido apoiado. E como disse - o movimento associativo é um parceiro fantástico, nós não fazemos nada sozinhos. Até foi aqui falado muito o Mercado á Moda Antiga, hoje, nas diversas intervenções: O Mercado à Moda Antiga é verdade que é um evento com um sucesso tremendo mas tem como parceiro a FAMOA e tem como parceiro o movimento associativo. Se o movimento associativo não fosse o que fosse, nós não conseguíamos fazer o que fazemos. Nós todos. A Câmara dá o impulso, organiza, apoia; Mas, depois, o movimento associativo é extraordinário. Esta questão terá de ser resolvida até ao final do ano, não há dúvida nenhuma que temos que o fazer, até para estarmos de acordo com a legislação em vigor. O senhor presidente da Junta de Ossela falou na questão do lançamento do projeto da revista “Patrimónios”. Dizer o seguinte: É uma revista que vai ser publicada no dia 16 de maio de 2016; Portanto ela tem neste momento um corpo científico; Todos podem participar; E tem a ver com o nosso património. Portanto, nós escolhemos o nosso dia da cidade, o dia da elevação a cidade, do próximo ano para lançarmos a revista e fomos lança-la a na casa onde Ferreira de Castro nasceu. E tivemos a oportunidade de mostrar a recuperação que foi feita, e forma discreta, com recursos aos nossos técnicos, colocando um soalho novo que era aquilo que estava mais deteriorado na Casa de Ferreira de Castro. Dizer que vamos lançar agora a

segunda fase que é: A recuperação dos tetos. Porque algumas infiltrações põem em causa a beleza da Casa. Portanto, resolvido que está o problema do teto, vamos agora iniciar essa fase das infiltrações do telhado para evitar que a situação de deteriore. Dizer também – procuramos simbolicamente, no anúncio do lançamento desta revista, escolher um sítio e alguém que está muito identificado e que é o nosso maior ícone do ponto de vista cultural o escritor José Maria Ferreira de Castro. E portanto fez bem o senhor José Rodrigues dos Santos em ter falado sobre essa matéria. Quanto á intervenção do senhor deputado Jorge Pereira: Na primeira parte naturalmente que todos nós nos revemos. Aliás, como sabem - nós decidimos assinalar o dia do Bombeiro que será feito, este ano, de dois em dois anos, sempre neste dia 12 de agosto que é efetivamente um dia de má memória porque houve aquele acidente que vitimou três bombeiros; Quatro, como diz o senhor Jorge Pereira. E, portanto, nós este ano iremos assinalar também esse mesmo dia, conforme já tínhamos assumido o compromisso o ano passado. Senhor deputado Jorge Pereira, eu comprometo-me na próxima Assembleia Municipal, e até lá vou-lhe fazer chegar um conjunto, muito denso, de informação que sei que lerá com todo o cuidado até porque é um especialista. Atendendo ao seu grau de especialidade nesta matéria o senhor deputado falou ai de coisas muito técnicas, muito específicas, no âmbito da proteção civil. Mas deixe-me dizer-lhe o seguinte senhor deputado, também com toda a frontalidade que não sei fazer-lo de outra maneira: Eu não conheço o senhor presidente da Autoridade Nacional da Proteção Civil, não tenho nenhuma relação especial com o senhor do CODIS que é quem tem a responsabilidades operacionais de Aveiro e já não vou falar no senhor Secretário de Estado. Mas ainda ontem a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis assinalou os seus 109 anos. E tenho aqui três testemunhas, no mínimo, os senhores Vereadores do Partido Socialista que estiveram presentes na sessão solene e na sessão evocativa no Quartel dos Bombeiros. E o Município de Oliveira de Azeméis foi, o Município não é o Presidente, elogiado pelo Comandante, pelo Comandante Operacional, não é o Comandante de Oliveira de Azeméis - esse podia ser suspeito, pelo Comandante Operacional Distrital, pelo vice-presidente da Liga Portuguesa dos Bombeiros, pelo Secretário de Estado, o Presidente da Autoridade da Proteção Civil não veio. Isto vale o que vale. Mas são pessoas que trabalham no terreno e têm, se calhar, um grau de conhecimento das coisas como o senhor deputado Jorge Pereira tem até pelas suas funções fora da vida política. E portanto dizer-lhe: eu comprometo-me até a discutir consigo abertamente estas matérias; Hoje não tenho condições de discutir aqui muitas questões técnicas. Agora, tenho a certeza absoluta que o concelho de Oliveira de Azeméis está preparado para qualquer eventualidade. Senhor deputado, o senhor deputado da forma como fez a sua intervenção: faz num tom alarmista - "...nós fazemos as festas de La-Salette". Senhor deputado: as Festa de La-Salette os Bombeiros de Oliveira de Azeméis têm um plano para as Festas de La-Salette, sabe porquê? Porque, já tivemos um azar, já tivemos lá um acidente mortal. E portanto há um plano. Há um plano de evacuação. Há um plano de colocação dos feirantes. Há uma vistoria feita pelos Bombeiros Voluntários, pela Proteção Civil. O senhor deputado parece que estava aí a criar...: As pessoas para irem à Festa da La-Salette têm que pensar duas vezes?

Não. Podem ir à vontade. Nós não estamos livres de acontecer um acidente qualquer. Mas podem ir à vontade. No Mercado à Moda Antiga, senhor deputado, nada foi feito sem os Bombeiros Voluntários darem o seu parecer. Aliás, é curioso que, neste ano na edição do Mercado à Moda Antiga até estavam como participantes na edição, quer os Bombeiros de Oliveira de Azeméis, quer os Bombeiros de Fajões. Se eles vissem que alguma coisa não estava em condições não aceitavam em participar. Estamos a falar de duas associações bastante responsáveis. É evidente que, esses eventos, de grande dimensão, têm sempre uma grande probabilidade de acontecer alguma coisa. Mas nós temos todo o cuidado naquilo que diz respeito, quer ao licenciamento, quer às vistorias. Eu repito: Não estamos livres de acontecer um acidente. Mas isso ninguém está. Até estamos aqui agora e não estamos livres de acontecer aqui um acidente. Mas, deixe-me tranquiliza-lo, senhor deputado Jorge Pereira. E o Município de Oliveira de Azeméis evoluiu bastante nessa matéria: Posso-lhe dar uma relação dos aceiros e dos caminhos que foram feitos nas freguesias. Estão aqui os presidentes de Junta, são vivas testemunhas, e que são, se calhar, os principais impulsionadores desta forma de atuar do ponto e vista preventivo. Fizemos simulacros em quase todas as escolas e em quase todas as freguesias. Fizemos até simulacros sem avisar. Depois, até somos criticados por fazer sem avisar. Se nós avisarmos: Agora vai acontecer isto... Houve aí um sítio, nomeadamente em Carregosa, (estou a olhar ali para o senhor presidente), e o senhor presidente telefonou-me: - O que é que se passa que está aqui o "fim do mundo" em Carregosa? Pois, nós não avisamos. Até os professores: - Não podem fazer isto sem avisar. Não, tem que ser feito sem avisar; Porque se avisarmos já não há nenhuma surpresa. Ainda agora, recentemente, no Grande Prémio de Ciclismo Bruno Neves, nesse fim-de-semana de ciclismo, em Oliveira de Azeméis, houve bastantes quedas: E olhe que, chegamos ao fim - como sabe tem fiscalização quer da Federação Portuguesa de Ciclismo, quer da UCI, que são bastante exigentes - e, apesar de ter havido três acidentes numa mesma volta no circuito não faltou ambulâncias. Estava uma ambulância num quartel porque estavam as duas a transportar ciclista que tinham caído; E o diretor da prova perguntou: - Onde é que está a ambulância? E a ambulância não estava parada em Nogueira do Cravo; Estava nos Bombeiros de Fajões e saiu dos Bombeiros de Fajões. E o senhor comissário viu a ambulância. Porque não vale a pena dizer: a ambulância anda aí. Não ele quer vê-la. Anda aí, ela que venha aqui. E a ambulância lá foi. Portanto, não falhou nada, chegamos ao fim com avaliação muito positiva. As matérias que colocou são matérias muito importantes e eu agradeço até ter colocado a questão. Mas eu queria de alguma forma tranquilizar as populações relativamente a essa matéria. E dizer-lhe que: Nós temos duas excelentes Corporações de Bombeiros no Concelho: Bombeiros de Fajões e Bombeiros de Oliveira de Azeméis que são excelentes no trabalho que fazem e são, logicamente, o braço armado do ponto de vista da Proteção Civil. Eles são incedíveis. Muitas vezes com dificuldades como o senhor deputado Jorge Pereira conhece e sabe muito bem aquilo que se passa também pelo país nesta matéria. Portanto nós em Oliveira de Azeméis não descaramos essa área. Deixe-me, já agora, dizer-lhe: A partir de hoje temos um novo responsável, na Câmara Municipal, pelo Serviço Municipal de

Proteção Civil – responsável operacional, era a engenheira Clara Marques que fazia esse trabalho; A partir de hoje o engenheiro Luís Arede, (o despacho tem a data de hoje), é o responsável do Município para além das questões que já fazia de trânsito e na questão das obras por administração direta, tem essa responsabilidade. É uma das áreas onde nós damos uma atenção muito grande e por isso mesmo tudo fazemos. E apostamos muito na prevenção porque é muito importante. Agora, não estamos livres de nos acontecer alguma coisa. Isso é evidente. Agora, mantemos essa preocupação e essa aposta. Mas eu comprometo-me a fazer-lhe chegar um conjunto de informações significativas sobre as questões que colocou e que de alguma forma, seguramente, o vão tranquilizar. E se não tranquilizar: Você volta a falar e a perguntar. Porque, naturalmente, é importante nós percebermos e termos aqui o contributo de alguém que é especialista nesta matéria e que nos pode dar chamadas de atenção que são importantes para nós estarmos sempre preparados para qualquer eventualidade. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado José Ribeiro, do PS.=====

===== Senhores Secretários, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar muito obrigado por nos receber, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, caros colegas, público aqui presente. Termina este ano, mais concretamente em setembro, a concessão de estacionamento à superfície concessionada à empresa Costa Parques, S.A.. Ao longo dos sete (7) anos de concessão inicial, posteriormente foram aumentados em mais vinte e dois (22) meses o que perfaz cerca de nove (9) anos, não se verificou uma mais-valia nas políticas de mobilidade na cidade antes pelo contrário, trata-se de uma única preocupação de arrecadação de receita para os cofres privados da empresa. Acresce ainda que, ao longo destes anos, esta concessionária manifesta elevados níveis de incumprimento com a Autarquia sendo que no final de 2014 devia o equivalente a um ano de receitas municipais de estacionamento: mais de 100 mil euros. Como por vezes somos confrontados, sem razão, com ausência de propostas aqui fica mais uma que foi apresentada pelo PS em sede de executivo municipal: O PS propôs uma gestão municipal das zonas de estacionamento de duração limitada e utilização onerosa na cidade. O que permitiria que estudássemos a redução de número de lugares de estacionamento pago em zonas de reduzida expressão em termos de comércio e serviços. Em nosso entendimento existe know-how suficiente na Autarquia como em muitas outras no país que fazem a gestão dos parquímetros. Levantar-se-ão alguns a insinuar que uma eventual redução do número de lugares de estacionamento pago se poderia traduzir numa perda de receita. Nada mais falso. Hoje, apenas recebemos 40% do valor gerado pelos parquímetros. Sendo que a Costa Parques, ao longo destes quase 9 anos, sem praticamente nada fazer, arrecadou 60% o que equivale a mais de 1 milhão de euros. Ora, a redução de lugares onerosos não acarretara

qualquer redução no atual nível de receitas municipais, pois o município ficará com a totalidade da receita de exploração dos parquímetros quando atualmente auferir apenas 40%. Esperamos sinceramente que o Executivo repense a sua decisão e beneficie os oliveirenses em detrimento de beneficiar uma qualquer empresa privada. Contudo, como em outras situações, tememos que mais uma vez sejam os oliveirenses a pagar os chorudos lucros de empresas privadas. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Filipe Carvalho, do PSD. =====

===== Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, público, comunicação social. O Centro Lúdico está de novo de parabéns, comemorou o seu 6º aniversário na semana passada. O CLOAZ é o único no país, pois permite juntar várias gerações no mesmo espaço e interagir em várias áreas promovendo o desenvolvimento sociocomunitário. Desde 2009 já passaram pelo Centro Lúdico 174 mil pessoas e conta com mais de 2000 frequentadores inscritos, o que nos deve encher de orgulho mas aumenta as responsabilidades para que possamos continuar com as atividades desenvolvidas e aumenta-las para cativar cada vez mais utentes. Para premiar os frequentadores, foram distinguidos os mais assíduos nos diversos espaços e áreas e foram também distinguidos os mecenas do Centro Lúdico. No passado sábado iniciou-se mais uma edição da FUNZONE com a apresentação do livro a “Gaja” e seguidamente a abertura oficial das Piscinas de La-Salette com a festa “GOES SWIMMING”. Eventos que mobilizaram centenas de pessoas para verem in loco o investimento que a Autarquia fez e disfrutarem deste espaço de excelência e da magnífica paisagem circundante. Investimento a rondar os 240 mil euros renovaram completamente as piscinas e suas áreas de apoio, modernizando os balneários, beneficiando os tanques tornando-os mais sustentáveis, isto é, mais eficientes com a redução da capacidade de água do tanque principal e a colocação de painéis solares para aquecimento de águas sanitárias. Estas obras colocaram as piscinas mais modernas e atrativas em coerência com todo o renovado Parque de La-Salette. Pois: não podemos querer tudo ao mesmo tempo - “O caminho faz-se caminhando”. Mas o evento FUNZONE não se fica por aqui pois haverá atividades até ao dia 5 de julho que passaram por concertos, workshops, animação de rua, marchas populares, comédia e as famosas Sunsets no Parque, além da vertente desportiva. Como cabeça de cartaz teremos: Concerto de Carlão, no próximo dia 3 de julho; Sábado, espetáculo do Rouxinol Faduncho; Entre os dias 30 de junho e 3 de julho teremos ao final da tarde as Sunsets, no Parque, que proporcionarão excelentes oportunidades de assistirmos ao por do sol num ambiente de descontração e num espaço único - o nosso Parque de La-Salette. O Parque receberá as tradicionais Festas de La-Salette, entre os dias 2 e 10 de agosto, que são consideradas a maioria romaria da região e que contarão com o tradicional festival de folclore, as bandas de música, o desporto, as atividades para as crianças, concertos tendo como atrações

principais a cantora brasileira Adriana Lua e os DJ's Diana Cohen e Fernando Alvim, terminando com o momento único da procissão das Velas e do Triunfo que mobilizam milhares de pessoas. Mas Oliveira de Azeméis não para porque está e quer estar sempre no pelotão da frente. Este ano, as Festas de La-Salette terão a particularidade de uma animação extra coincidente com o dia de descanso da Volta a Portugal em Bicicleta que trará a Oliveira de Azeméis, nos dias 4 e 5 de agosto, dias diferentes pois assistiremos a um conjunto de iniciativas que passarão, pela 9ª Etapa da Volta RTP Vitalis para os cicloturistas, pela etapa das bicicletas vintage, pela mini etapa da volta destinada a crianças entre os 6 e os 14 anos dia que terminará com a volta à noite que levará grande animação e boa disposição mais uma vez ao Parque da La-Salette com os concertos das bandas oliveirenses “Paradigma” e “Os Omega” e para fechar a banda “Expensive Soul”. Mas continuando sempre no pelotão da frente, realizou-se a VII Edição do Memorial Bruno Neves e do V Trofeu Concelhio - segunda prova pontuável para a Taça de Portugal que trouxe a té Oliveira ed azeméis 132 ciclistas dando uma cor e ambiente diferente à nossa Cidade e às estradas por onde passaram. O que nos deve encher de orgulho e satisfação, pois, é reconhecido por todos os intervenientes como sendo uma prova fantástica. À Camara Municipal e à sua parceira Escola de Ciclismo Bruno Neves, um bem-haja pelo trabalho desenvolvido na promoção do ciclismo e na preservação do nome do grande homem e grande atleta Bruno Neves. Oliveira de Azeméis terá mias uma oportunidade de mostrar a sua grande capacidade organizativa e de mobilização, no dia 19 de julho receberemos a Final da XXIII Volta a Portugal do Futuro competição dedicada ao escalão sub-23 colocando mais uma vez o nome de Oliveira de Azeméis no mapa nacional e internacional como um concelho pujante, dinâmico e que apoia o desporto e a juventude. Todas estas iniciativas trazem muito mais do que movimento; trazem desenvolvimento pois criam dinâmica económica e movimento no nosso comércio tradicional. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Manuel José Tavares, do PS.=====

===== Senhor Presidente em exercício da Assembleia Municipal, restante Mesa, senhor Presidente de Junta obrigado por nos acolher desta forma, aqui, em Cesar, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, público, comunicação social. Programa - Aproximar Educação. Algumas notas a reter, tendo em conta desenvolvimentos recentes. Nenhuma reforma, nenhuma alteração política se faz de forma efetiva sem o envolvimento dos agentes respetivos. Ora, tendo em conta uma consulta dos professores, sobre este assunto, que decorreu nos dias 2, 3 e 4 de junho, em todos os Agrupamentos de Escolas e em Escolas não Agrupadas, do continente, à pergunta que constava do boletim de voto secreto - Concorda com a Municipalização da Educação? - Processo que o Governo está a iniciar em alguns municípios. Os docentes responderam com um inequívoco e expresso: Não. (97,9% para o não; 1,5% para o

sim; 0,5% votos em branco; 0,1% votos nulos). O nível participação que esta consulta teve coloca os professores no centro deste processo fazendo com que aqueles que tentam ignorá-los, enfim, não consigam fazê-lo de forma concreta. Atendendo às percentagens expressas os docentes rejeitaram assim o alargamento de transferências para os Municípios em áreas como: financiamento da educação pública; organização curricular e pedagógica e a gestão de pessoal docente que, como se sabe, prevê a contratação até 25% de professores. É imperioso um debate alargado que permita encontrar, sem preconceitos dos dois lados, outros caminhos de descentralização. Não se muda a escola por decreto. A implicação dos agentes é necessária. Deve procurar-se a implicação de facto e não de “iure”. Não se percebe portanto que se pretenda que este programa avance num tempo político desajustado e sem que estejam criadas as condições necessárias de consenso com provas variadíssimas e, tomadas de posição negativas de Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas, diferentes formas, o parecer do Conselho de Escolas, várias moções de rejeição do processo através de órgãos autárquicos, o parecer negativo da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Para que conste, eis os dados de Oliveira de Azeméis: 96,2% dos professores disseram, não, a este processo; os cinco Agrupamentos votaram contra este processo; uma percentagem que isola aqueles que pretendem avançar a todo o custo com este programa. No que aos professores diz respeito, fica então esta tomada de posição. Professores que, são agentes educativos, devem ser ouvidos e não ignorados de forma intencional, até porque, são cidadãos e pais e não apenas uma classe corporativa como acontecia noutros tempos. Um outro dado a reter em relação a este processo e que decorre na Área Metropolitana do Porto (que o Senhor Presidente deve conhecer): Rumamos a norte, na Área, até Matosinhos, para dizer que o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto aceitou a Providência Cautelar tendo em conta, enfim, esta deliberação da Assembleia Municipal de Matosinhos, no dia 8 de junho, onde é requerida a suspensão desta deliberação tendo em conta a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com o Ministério. Extraindo-se deste facto a noção de que há dúvidas, há receios que nem tudo é líquido, dúvidas que se impõem em todo este processo. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado José Campos, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. Cumprimento à Mesa na pessoa do Senhor Presidente em exercício, restantes elementos, senhor Presidente da Câmara, restante Vereação, caros colegas, senhores jornalistas, público aqui presente. O paradigma da gestão autárquica mudou. Não é hoje mais importante do que era no passado, mas as áreas de intervenção têm que ser necessariamente diferentes. Hoje, aquilo que é exigido a um executivo camarário é substancialmente diferente do que acontecia há 30 anos atrás. A boa e rigorosa gestão dos recursos financeiros, as novas responsabilidades que as autarquias têm nos domínios sociais, educacionais, culturais, económicos e desportivos, obrigam a que as Câmaras Municipais

tenham uma atuação diferente. O poder local foi muito importante e teve um papel único na criação de infraestruturas, rodovias, e edifícios que os concelhos um pouco por todo o país careciam. Felizmente, também em Oliveira de Azeméis assim aconteceu. Mas, hoje, como disse atrás, o paradigma é outro. A intervenção do executivo camarário tem de ter um caráter estratégico mais vincado, tem que definir prioridades e apostar verdadeiramente nas áreas em que os municípios se diferenciam. Tem que apostar no desenvolvimento sustentado e na criação de condições que permita aos agentes económicos, culturais e sociais locais desenvolverem com competência as suas atividades. São os Concelhos que mais rapidamente adotam estas posturas que mais depressa se conseguem desenvolver e proporcionar mais qualidade de vida aos seus cidadãos. Felizmente, desde a primeira hora, o atual Executivo Camarário de Oliveira de Azeméis, percebeu e definiu caminho das prioridades de investimento que queria seguir: aposta na área social; na educação; na criação de condições para as nossas empresas desenvolverem o seu trabalho; na melhoria das infraestruturas essenciais ao bem-estar dos oliveirenses e o apoio ao associativismo tem estado sempre presente. E os resultados têm sido bem visíveis. Pois atualmente Oliveira de Azeméis é um concelho onde os índices de qualidade de vida são elevados apresentando o nosso concelho uma das menores taxas de desemprego e mais oportunidades para os seus cidadãos. Como referi: Na ação Camarária tem sido fundamental a definição rigorosa de projetos e investimento que sejam reais mais-valias para os oliveirenses e verdadeiras prioridades. Felizmente, têm sido realizados muitos investimentos: Alguns que já se encontram concretizados; outros em fase de conclusão; enquanto outros se encontram em andamento e são bons exemplos do dinamismo e do muito que se tem investido no nosso concelho. A este propósito, desde já gostaria de destacar aquilo que tem sido feito no nosso Parque da Cidade, no Parque da La-Salette. A propósito da reabertura das Piscinas Municipais, agora para o verão de 2015, já aqui referida, a extraordinária e digna de realce requalificação do espaço das piscinas. Trata-se, como também já aqui foi referido, de um investimento exclusivamente camarário de cerca de 250 mil euros. Muito bem aplicado – diga-se. E que certamente só foram possíveis dada a boa gestão financeira dos últimos 4 anos. Esta requalificação insere-se num contexto de requalificação mais abrangente que tem ocorrido no Parque de La-Salette. Agora sim, como bem costuma dizer o nosso Presidente da Câmara, o Parque está preparado para proporcionar aos oliveirenses e outros visitantes condições para muitas mais dezenas de anos. Apenas fica por resolver a questão das instalações da antiga Estalagem S. Miguel. Sobre esta questão, pedia ao Senhor Presidente da Câmara que nos falasse um pouco sobre a matéria. Estamos certos que, sem pressas, com rigor e sem precipitações, a Câmara Municipal vai seguramente encontrar a solução para esse espaço. Da parte do PSD e desta bancada pode contar com todo o apoio nesse sentido. Relembro que Oliveira de Azeméis é um concelho de enormes potencialidades industriais e turísticas, com agentes de enorme valia que poderão ser certamente contribuir positivamente para encontrar a melhor resposta. Mas os exemplos de investimentos em áreas cruciais e em setores estratégicos não se esgotam no Parque da La-Salette. Na área da educação, posso dar como exemplo:

Centro Escolar de Ul; reabilitação do Centro Escolar do Picoto em Cucujães; requalificação da zona escolar e desportiva a sul da cidade; no desenvolvimento económico e industrial: o expoente do investimento e um bom exemplo da excelência da aposta no desenvolvimento empresarial é a Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro. A criação do Centro de Interpretação do Vidro. A candidatura com sucesso, para a melhoria e eficiência energética iluminação pública do Município Na área do desporto lazer e segurança: candidatura para a promoção de segurança rodoviária; intervenção no Parque de Jogos Municipal de Cucujães e a requalificação do espaço público da Feira dos Onze. São tudo bons exemplos e um sinal claro do forte investimento que, felizmente, continua a ser feito em Oliveira de Azeméis. Estamos a falar de projetos na sua esmagadora maioria já passaram há muito do papel e vão estar à disposição da nossa comunidade educativa, das nossas crianças, das nossas populações, dos nossos empresários. São tudo investimentos de largas centenas de milhares de euros. Projetos ganhadores. Projetos que, felizmente, são participados, na sua maioria. E a aprovação destes projetos é demonstrativa das suas potencialidades e do reconhecimento das entidades responsáveis. Por isso, é uma mais-valia inegável e importante. Parabéns ao Executivo pelo trabalho realizado neste campo que se traduz numa mais-valia para os nossos municípios. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor António Marques, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara. =====

===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, excelentíssimos Senhores Vereadores, excelentíssimos Membros da Assembleia Municipal, caros colegas Presidentes de Junta, comunicação social, funcionários da Câmara Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Desde 2010 que a Unidade de Saúde de S. Martinho da Gândara se encontra encerrada. E portanto desde o anterior mandato. Logo que o atual Executivo da Junta de Freguesia, que presido, tomou posse efetuou todos os esforços que se encontravam ao seu alcance para que a reabertura da Unidade de Saúde fosse possível. No entanto, após vários contactos, reuniões, e troca de correspondência, recebemos por indicação da tutela uma carta com a pretensão de entrega da chave da Unidade de Saúde. Para muitos, esta situação não foi uma surpresa pois têm a noção da realidade em que vivemos e o estado da saúde que temos basta vermos e ouvirmos as notícias: falta de médicos de família; entupimento dos serviços de urgências (Hospitais), etc., etc... Infelizmente os euros são mais importantes do que o estado de saúde das pessoas. Para outros, apesar de também não ser uma surpresa, fizeram-se surpreendidos tentando atacar o executivo da junta de freguesia na imprensa em como nada tinha sido feito. Todos os que me conhecem sabem como é a minha forma de estar na política: E não por os assuntos, ou melhor: as dificuldades da minha freguesia serem discutidas na praça pública – sinal e que não estão a

ser tratados. Quando tenho de apresentar os problemas, apresento-os a quem os pode resolver. Não abdicando contudo, se necessário, e em último recurso, de utilizar esta forma de comunicação. Querendo continuar a acreditar que não é barafustando ou discutindo agressivamente que se resolvem os problemas. Nunca baixei os braços à luta, nem baixarei. Contudo, em relação à Unidade de Saúde, o executivo decidiu após a informação recebida levar uma proposta à Assembleia de Freguesia que mereceu, pelo seu reconhecimento sinceridade e honestidade, um voto favorável por unanimidade. Felizmente ainda existe quem coloque os interesses da freguesia acima dos interesses partidários. Senhor Presidente da Câmara Municipal, - como já lhe solicitei, agradeço o agendamento urgente de uma reunião para apresentação da proposta aprovada em Assembleia de Freguesia a qual pretende envolver a Câmara Municipal de forma a melhorar os serviços de saúde dos utentes de S. Martinho da Gândara. Não poderei também deixar de aproveitar esta oportunidade para relembrar o Senhor Presidente da Câmara Municipal para a situação em que se encontra a Rua da Espinheira. Tal como já informei o Município, através do envio de vários ofícios e fotos, a estrada está em perigo eminente de derrocar. Este assunto tem pelo menos 6 anos e a situação tem-se vindo a agravar cada vez mais. Com a chegada do verão o movimento da estrada aumenta, sendo uma das principais ligações do concelho às praias. Senhor Presidente: agradeço a sua colaboração e rápida intervenção para que não tenhamos todos de lamentar após um acidente que possa ocorrer. Obrigado.=====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== O Senhor deputado José Ribeiro relativamente á questão do estacionamento vai aguardar por uma proposta que o Executivo vai levar à reunião de Câmara e, depois, naturalmente à Assembleia Municipal. Como sabe, a concessão vai acabar. Nós estamos a trabalhar neste momento. Na reunião de Câmara a proposta do Partido Socialista não foi aceite. Portanto, vamos aguardar. Poderemos até apresentar uma proposta que seja melhor do que essa e que depois o senhor deputado até dê a sua concordância. Mas vamos aguardar que isso aconteça e vai ser muito brevemente até porque os prazos assim o obrigam. Quanto á intervenção do senhor deputado Filipe Carvalho. Só dar nota que fica o convite para participarem na Funzone. Ela está a decorrer. O Festival da Juventude tem uma vertente um pouco diferente daquilo que tem sido nos outros anos. Mas, por aquilo que podemos ver, o início foi bastante prometededor. A festa que decorreu nas Piscinas Municipais (descobertas) da La-Salette e foi um sinal muito interessante de adesão maciça da juventude oliveirense. E por isso é um excelente sinal. A casa completamente cheia e muita animação. Já agora permitam-me: O senhor deputado Filipe Carvalho falou na apresentação de um livro que tem um termo um bocadinho ousado “ A Gaja”. Mas dar nota: Já hoje falamos aqui de escritores, do Paulo

Neves; Também estamos a falar de uma jovem oliveirense, jornalista, bloguer, que decidiu escrever um livro e já o apresentou na FNAC – em Lisboa, foi às televisões todas, e o sítio a seguir a Lisboa que apresentou o livro foi na terra natal. Eu não tive oportunidade de estar presente mas, segundo me disse o vereador Pedro Marques, ela não disse nenhuma asneira pois tinha o pai e a mãe na plateia. É um projeto interessante. É uma jovem irreverente. É de Oliveira de Azeméis e também não esconde isso a ninguém. Trabalha em Lisboa. Tem um livro que está a ser um sucesso e aceitou o desafio para vir a Oliveira de Azeméis apresentar a obra. Eu como não o li, não posso recomendar a leitura. O Pedro Marques diz que promete. Mas eu não arrisco a fazer recomendações de leitura sem eu próprio fazer essa avaliação. Quanto á intervenção do senhor deputado Manuel José Tavares: Só faltou o senhor deputado dizer que a FENPROF é contra e que o Dr. Mário Nogueira voltou a ser contra e voltou a manifestar-se. A resposta que lhe dou é muito simples: Há opções. Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro: - Aprovado por maioria. Agrupamento Escolas Soares de Basto: - Aprovado por unanimidade. Agrupamento ferreira da Silva – Cucujães: - Aprovado por unanimidade. Agrupamento Fajões / Carregosa: - Aprovado por unanimidade. Agrupamento Pinheiro da Bemposta Loureiro: - Aprovado por unanimidade. Estes é que são os nossos parceiros: são os cinco Agrupamentos de Escolas. Votaram favoravelmente o Programa de Descentralização na área da educação. Senhor deputado: É a vida; É assim; Vamos todos trabalhar para que isto corra bem. Não vou outra vez falar que isto tem uma comissão de avaliação, que depois podemos corrigir, podemos melhorar, podemos depois chegar aqui e dizer: - Valeu a pena. Já discutimos isto. O senhor deputado hoje trouxe mais um dado. Se o professor Mário Nogueira agora fizer mais uma manifestação.... O estudo dos professores, com certeza. Mas, aqui em Oliveira de Azeméis, os nossos parceiros são os Agrupamentos de Escolas é o Conselho Municipal de Educação e esses disseram: Sim. Sem nenhuma pressão, sem nada nada, disseram naturalmente: Sim. Houve quatro Agrupamentos por unanimidade e um Agrupamento onde isso não aconteceu. Esta é que é a realidade de Oliveira de Azeméis. Queremos ansiosamente ter mais responsabilidades na área da educação, achamos que podemos fazer mais e melhor com os mesmos recursos, é essa a nossa opção e é isso que vamos trabalhar para que tudo corra bem. Quanto á intervenção do senhor deputado José Campos: Só dar-lhe nota que nós assumimos isso. Nós não enterramos a cabeça na areia. As pessoas às vezes falam que nós só falamos das coisas positivas; Nós também falamos das coisas menos positivas. E é verdade que a Estalagem S. Miguel é um problema que temos em mão e que temos de resolver e queremos resolver e que ainda não conseguimos resolver. Mas acredito que encontremos uma solução na fileira do turismo. Obviamente já foi dito: Já tivemos muitas propostas em cima da mesa mas não eram na fileira do turismo. E não faz muito sentido que, num Parque como aquele, se aposte na Estalagem numa área que não seja o turismo. Portanto vamos continuar a trabalhar no sentido de encontrar uma solução que seja do agrado de todos. O senhor deputado falou na intervenção nas Piscinas de La-Salette. Só dar-lhe nota que, a intervenção ainda não está terminada, ainda há coisa para se fazer nas Piscinas. Agora, foram duas grandes intervenções: Uma na substituição de tudo que é

maquinaria: filtros de areia; motores; bobinas; tudo o que é sistema de maquinaria, que não se vê, que está enterrado, foi alterado. Os balneários masculinos e femininos estão completamente novos, foram todos requalificados, isto quer dizer: Novos chuveiros; novos lavatórios; novos balneários; Portanto também é tudo novo. E tudo o que é pisos, pisos circundantes à Piscina e o piso da própria piscina, ou seja: agora tem aquela pastilha azul em todos os tanques. Não está terminado. Ela hoje abriu ao público devido á temperatura e à vontade que as pessoas tinham em dar um mergulho. Teve uma adesão brutal durante o dia de hoje. Vamos continuar a fazer com que as pessoas vão à Piscina. Temos também animação no Parque de La-Salette nos próximos dias – Funzone – os Sunsets no Parque de La-Salette. E também esperemos que eles vão ao encontro das expectativas dos oliveirenses e nomeadamente, dos jovens oliveirenses. Quanto à intenção do senhor presidente da Junta de S. Martinho da Gândara: Dizer-lhe que há uma parte do seu discurso que eu subscrevo e que até recomendo: É aquela em que o senhor diz: “que não barafustando publicamente que se resolve os assuntos”. Concordo em absoluto. Merece leitura e reflexão – senhor presidente da Junta de S. Martinho da Gândara leia isso alto e em bom som que é muito importante. Não é um problema só de S. Martinho da Gândara. É um problema em Palmaz e um problema em Fajões: O encerramento dos postos médicos que estavam a funcionar e que decidiram encerrar. E, depois, nós, aqui mantemos a mesma coerência: Que é a nossa posição relativamente aos encerramentos. Nem todos podemos dizer a mesma coisa, ou seja: algumas pessoas são contra, mas depois mudam a sua posição. Nós aqui sempre fomos contra. Nós defendemos sempre um serviço de proximidade, o mais próximo possível das pessoas. E fruto destas alterações também não podemos baixar os braços, temos que encontrar soluções. Eu tenho neste momento em cima da mesa uma proposta do senhor presidente da Junta da União das Freguesias do Pinheiro da Bemposta/ Palmaz e Travanca e, seguramente que, reunirei também com o senhor presidente da Junta S. Martinho da Gândara no sentido de encontrar boas soluções. Porque aquilo que nós queremos é que os cuidados de saúde cheguem o mais próximo das pessoas de quem verdadeiramente precisa e necessita. E portanto nós cá estamos para trabalhar. Quanto à questão da Rua da Espinheira: Está entregue ao departamento de empreitadas e, portanto, eu não tenho aqui neste momento o ponto de situação das obras, terei que perguntar ao engenheiro Castanheira, que é o Chefe de Departamento nessa matéria, perguntar-lhe-ei na reunião que tivermos para tratar de outros assuntos também falaremos sobre essa matéria. Como disse: é um problema que está lá há 6 anos. Seguramente não é um problema de fácil resolução. Mas teremos que em conjunto, como sempre tem sido, com as Juntas de Freguesia procurar encontrar essa mesma solução. A questão da saúde: já aqui hoje falamos do relacionamento que temos com o diretor do Hospital do Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga, o dr. Miguel Paiva, que veio cá a Oliveira de Azeméis e que falou abertamente sobre estas questões. Na questão dos postos médicos o nosso interlocutor é o dr. Miguel Portela do ACES, com quem iremos também falar e com quem temos falado no sentido de encontrar boas soluções. Como sabem é uma preocupação de todos que todos os utentes tenham médicos de família. Não aqui voltar a discutir, porque posso ser mal

interpretado, dados estatísticos. Isso depois dá notícias nos jornais durante meses. Aquilo que nos preocupa é que as pessoas tenham médicos de família. Essa é que é a nossa preocupação e é nisso que trabalhamos e é nisso que estamos disponíveis e foi isso que dissemos ao senhor diretor do ACES: Que pode contar connosco para aquilo que entender necessário para concretizar essa necessidade, que todos possam ter os cuidados de saúde, nomeadamente, cuidados de saúde primários. Quanto á questão de S. Martinho: É como lhe disse: Já tenho em agenda a questão de Palmaz e Pinheiro da Bemposta e Travanca que é também um problema que foi o encerramento do posto médico de Palmaz. Também criou uma série de dificuldades às populações. Estamos a falar de populações que têm neste momento o Posto Médico muito longe, nomeadamente no Pinheiro da Bemposta. A freguesia de Palmaz tem uma distância brutal ao Posto Médico do Pinheiro da Bemposta. Portanto, nós temos em conjunto de encontrar soluções e seguramente que também encontraremos as soluções para S. Martinho da Gândara como para Fajões que foi onde efetivamente se levou ao encerramento dessas unidades. Muito obrigado.==

===== Pelo Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal foi dito:=====

===== Terminado o período de antes da Ordem do Dia no que diz respeito às intervenções e às respostas do Senhor Presidente da Câmara dar nota que: O PS gastou 23 minutos e 38 segundos; O PSD gastou 27 minutos e 12 segundos; O CDS/PP gastou 23 minutos e 36 segundos. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal apresentou e colocou à votação os seguintes votos de louvor: =====

===== Voto de louvor conjunto ao Sporting Clube de Bustelo e Grupo Desportivo de S. Roque, apresentado pelo Senhor Presidente da Junta de S. Roque. Também o PSD apresenta de forma isolada um voto de louvor ao Grupo Desportivo de S. Roque e também ao Sporting Clube de Bustelo: “Ao Sporting Clube de Bustelo por ter conquistado o campeonato distrital sénior da 1ª divisão de Aveiro e o ao Grupo Desportivo de S. Roque por ter ascendido à 1ª divisão distrital de Aveiro.” =====

===== Colocados à votação os votos de louvor ao Sporting Clube de Bustelo e Grupo Desportivo de S. Roque, foram os mesmos aprovados por unanimidade.=====

===== Voto de louvor apresentado pelo PSD e referente ao Futsal Azeméis: “Sagrou-se campeão Distrital, regressando assim ao campeonato Nacional, venceu a Taça e a Supertaça de Aveiro”. =====

===== *Colocado à votação o voto de louvor ao Futsal Clube de Azeméis, o qual foi aprovado por unanimidade.*=====

===== *Seguidamente o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal apresentou e colocou à votação o seguinte voto de pesar: =*

===== *Apresentado pela Junta de Freguesia de Ossela um voto de pesar pelo falecimento pela atleta, Ana Rita Nadais, do Grupo Cultural e Recreativo de Ossela. É um sentimento de perda que o Executivo Osselense propõe: “Um voto de pesar pelo falecimento de Ana Rita Nadais, apresentando as suas mais sentidas condolências a familiares e amigos.”* =====

===== *Colocado à votação o voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento de Ana Rita Nadais, o mesmo foi aprovado por unanimidade.*=====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou à admissão a proposta, apresentada pelo PSD, de atribuição de subsídio de apoio à formação dos Agrupamentos de Escuteiros – Corpo Nacional de Escutas e da Associação de Escoteiros de Portugal.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Carlos Afonso, do PS.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Carlos Afonso, do PS.* =====

===== *Tendo por base o Regimento só é possível aditamento à Ordem do Dia desde que seja de caráter urgente justificado. O Partido Socialista, nada tem a opor quanto à bondade da proposta. Entendemos é que ela deve ser devidamente fundamentada e estribada num quantitativo que o próprio executivo camarário deverá formular e depois disso é que deverá vir à Assembleia. Primeiro, eventualmente, discutido no Executivo e depois virá à Assembleia, que, aí, certamente não haverá qualquer objeção. Aquilo que entendo é que: Ser agendado na hora para discutir, hoje, nesta Ordem do Dia, penso que não reúne as condições de urgência impostas pelo Regimento.* =====

===== *Face à exposição efetuada pelo deputado Carlos Afonso, do PS, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concordou em retirar a proposta apresentada pelo PSD de*

atribuição de subsídio de apoio à formação dos Agrupamentos de Escuteiros – Corpo Nacional de Escutas e da Associação de Escoteiros de Portugal. =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.* =

===== *Se bem entendi das palavras do deputado Carlos Afonso: Nós aceitamos a proposta como boa. Teremos que formular depois uma proposta para o executivo da Câmara Municipal que será discutido na Câmara Municipal e depois virá à Assembleia.* =====

===== *Após todas as intervenções e esclarecimentos dados, o Senhor Presidente da Mesa deu como terminado o “Período de Antes da Ordem do Dia”.* =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão:* ==

===== **Ponto um:** *Votação das atas nºs 14 e 15;* =====

===== *Presentes para aprovação as seguintes atas: n.º 14 – Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 25.03.2015; n.º 15 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 30.04.2015;* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Colocada à votação, a ata n.º 14 da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 25.03.2015 foi aprovada por unanimidade.* =====

===== *Colocada à votação, a ata n.º 15 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 30.04.2015 foi aprovada por unanimidade.* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *A informação foi distribuída e se alguém quiser colocar alguma questão estamos disponíveis.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Assembleia tomou conhecimento da referida informação.* =====

===== **Ponto três:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 31/03/2015 – Apreciação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Assembleia apreciou o referido documento.* =====

===== **Ponto quatro:** *Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Oliveira de Azeméis relativo ao 2.º semestre de 2014 – Apreciação;* =====

===== *Presente o relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Oliveira de Azeméis relativo ao 2º semestre de 2014, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Carlos Afonso, do PS e Nuno Pires, do PSD.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Carlos Afonso, do PS.* =====

===== *Da análise das conclusões do relatório do Revisor Oficial de Contas, à situação económica e financeira da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, ressalvo três reparos de notas importantes: Primeiro: - quanto aos processos judiciais, os mesmos não se encontram*

provisionados pois não foram apresentados elementos que permitem estimar esse valor. Já em tempos, fevereiro de 2015, o Partido Socialista questionou este executivo sobre os valores provisionados a título de indemnizações formulados contra o Município no valor, na altura, de 5.877.111,53€ de processos judiciais e quanto à capacidade do Município em responder a todos estes valores pedidos. Terá o Município capacidade financeira para liquidar estas quantias, caso venha a ser condenado, nesses valores, pelos Tribunais? Porque é que não provisiona os processos com valores para a eventualidade de condenação como, por exemplo, provisionou nas cobranças duvidosas com a quantia de 410.965,00€? Segunda nota: Quanto às cobranças duvidosas no valor de 1.578.260,00€: Que expectativas tem o Município na recuperação desse valor, ou, então, porque não fazer desaparecer tais valores dos ativos atento à dificuldade ou impossibilidade de os receber? Estamos a falar de, um valor extremamente elevado de cobranças que o Município não consegue recuperar, 1.500.000,00€. Quanto à rubrica- Outros Devedores no montante 1.508.000,00€ relativamente à alienação de terrenos e não realização da escritura. Decorreram já oito anos desde o início do negócio do Gran Plaza. Até à presente data os oliveirenses não vêm, nem grande, nem pequeno Plaza, nem em papel, nem em construção. Aqui chegados, a questão que se deve colocar é a seguinte: O Plaza avança ou morreu? Que pretende fazer o executivo nesta questão em particular? Vai haver Plaza ou não? Vai receber 1.508.000,00€ correspondente à venda dos terrenos ou já é também dinheiro perdido? Porque não se faz a escritura? Que custos associados vai ter o Município com a não realização deste negócio / empreendimento? Quarta nota: - Aquando da internalização da GEDAZ, o Partido Socialista questionou o executivo: como é que o património passava para o ativo do Município sem a feitura da competente escritura de transmissão? Com a leviandade de sempre o executivo respondeu às questões, solicitações, então formuladas por esta Assembleia Municipal, chutando para canto e não respondendo á questão. Qualquer oliveirense percebe muito bem, que um bem só passa de um proprietário para o outro por venda através da competente escritura. Para o executivo era apenas uma formalidade. Para o senhor ROC está aqui mais uma chamada de atenção ao executivo, a não realização da competente escritura de transmissão, que escusava de ter mais este reparo se o executivo tivesse acolhido a sugestão/ reparo do Partido Socialista da necessidade de escriturar essa transmissão da GEDAZ para passar para o património do ativo do Município. Só há uma explicação: Manipulação de contas. Quinto reparo: - É inaceitável que o património do Município não esteja devidamente assegurado com seguros capazes de cobrir os riscos próprios e associados aos edifícios e construções do Município. Poderá o Senhor Presidente informar qual o valor do património municipal atualmente no seguro? =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Nuno Pires, do PSD. =====

===== O deputado Nuno Pires prescindiu da sua intervenção. =====

===== Para dar resposta à intervenção anterior, O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Muito obrigado. Dar nota que: Registo a falta de intervenções no ponto anterior, relativamente ao acompanhamento do PAEL. Ficará seguramente para outras núpcias. Bem sei que estamos a meio do campeonato. Mas registo que não se tenha falado sobre a matéria. Sobre esta questão, o deputado Carlos Afonso limitou-se a repetir aquelas que foram as preocupações do ROC. Nós demos as explicações que demos. Não tenho neste momento aqui mas posso-lhe dar todo o património que está neste momento seguro pela Câmara Municipal. A questão dos processos judiciais: Já também falamos relativamente a essa matéria. A questão que colocou do Plaza: Dar-lhe nota que, neste momento, eu não lhe posso dizer nada. Mas, se bem se recordam, nós tivemos aqui longas e longas discussões, que, até, nós tínhamos de pagar e indemnizar e devolver um dinheiro. Não sei se se lembra desse assunto? Afinal, era uma coisa que ia acontecer e, afinal, não aconteceu. Mas falavam com uma certeza absoluta sobre isso. Nós mantemos a expectativa naturalmente de receber 1.500.000,00€ que falta, por parte do Grupo Martifer. Estamos a trabalhar no sentido de receber esse dinheiro. Eu não lhe posso dizer, isto, nem é preto, nem é branco. Não lhe posso dizer, neste momento, se vai haver Shopping, se não vai haver Shopping. Nós queremos naturalmente concretizar o negócio mas, não depende de nós, como sabe. E isto é uma situação bastante complicada porque estamos a falar de um grupo económico importante. E, por isso, vamos aguardar, nós estamos a trabalhar nesse sentido. Mas, neste momento, eu não lhe posso dizer mais nada. Portanto, a única coisa que lhe posso dizer é que: mantemos a expectativa de receber esse dinheiro em falta; Vamos continuar a trabalhar e logo que haja novidades daremos informação à Assembleia e à Câmara. =====

===== A Assembleia apreciou o referido documento. =====

===== **Ponto cinco:** Certificação legal das contas consolidadas do Município - Parecer do Revisor/ Auditor externo – Conhecimento e apreciação; =====

===== Presente o relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do município, para conhecimento e apreciação, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Bruno Aragão, do PS. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Sobre esta matéria, naturalmente, nos vamos abster. Foram nos enviados os documentos que solicitamos. Só dizer: Senhor Presidente que contínua previsível; Esperava naturalmente um comentário sobre a falta de intervenção no ponto anterior. Senhor Presidente - aceitei o seu desafio e preparei todos os números e gráficos relativamente à redução da dívida do Município de Oliveira de Azeméis, dos municípios do distrito de Aveiro, da média nacional e da média do distrital. Na falta de sistema visual para apresentar, e como o senhor presidente em mim parece acreditar pouco, pode ser que acredite mais nos gráficos, terei todo o prazer, que é que eu vou fazer, em apresentar assim que haja condições para isso. Não valerá a pena dizer, mais uma vez, que o senhor está a cumprir; Porque os senhores fazem disso uma questão extraordinária como se de facto tivesse a ver com a vossa grande capacidade de gestão. Muito obrigado.* =====

===== *A Assembleia apreciou e tomou conhecimento da referida informação.* =====

===== **Ponto seis:** *Prestação de contas consolidadas 2014 – Aprovação;* =====

===== *“Presentes, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, os documentos de prestação de contas, nomeadamente: Balanço consolidado; Demonstração de resultados consolidado; Mapa de fluxos de caixa consolidado; Anexo ao balanço e Demonstração de resultados consolidado; Mapa do ativo bruto consolidado; Mapa de Amortizações e reintegrações consolidado; mapa dos resultados financeiros consolidado; Mapa dos resultados extraordinários consolidado e Relatório de Gestão consolidado os quais se encontram integralmente elaborados e vão ficar arquivados em pasta anexa a este livro de atas.”* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar os documentos de Prestação de Contas, relativas ao ano de 2014, com a seguinte votação: - Votos a favor: dezassete do PSD, três do CDS/PP e um do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - Abstenções: quinze do PS.* =====

===== **Ponto sete:** *Prestação de serviços de transportes escolares em carreiras públicas para o ano letivo 2015/2016 – Autorização de repartição de encargos em mais do que um ano económico;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que nos termos do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), carece de*

parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que tendo por base a RQI n.º 983, se torna necessário assegurar a prestação de serviços de transportes escolares em carreiras públicas, para o ano letivo 2015/2016; - Que nos termos da alínea gg), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de setembro e posteriores alterações, compete à Câmara Municipal assegurar, organizar e gerir os transportes escolares; - Que, nos termos do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro e posteriores alterações, em cada município deverá ser organizado um plano de transporte escolar, conjugando e complementando a rede de transportes públicos e os planos de transportes aprovados para a região, de acordo com a procura efetivamente verificada em cada ano letivo; - Que o I.M.T., I.P. - Instituto da Mobilidade e dos Transportes fornece a relação das empresas concessionárias de serviço de transporte público que operam na área do município; - Que o plano de transporte escolar já se encontra organizado, e será, em simultâneo com a presente proposta, submetido à aprovação (Proposta de Deliberação n.º I/47697/2015); - Que, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro e posteriores alterações, os cartões para os passes escolares serão requisitados anualmente às empresas transportadoras, pela Câmara Municipal; - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida pelo previsto no n.º 14, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 dezembro (LOE 2015), onde é referido que se encontram excecionados do Pedido de Parecer Prévio previsto no n.º 5 do mesmo artigo, a celebração de contratos de prestação de serviços até ao montante de € 5.000,00. – Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - A circular da ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses) – CR. N.º 92/2014-PB de 24 de julho, que divulga a Nota Nº 5/JP/2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública, bem como o despacho n.º 2556/2014-SEAP de 10/07/2014, proferido sobre a mesma pelo Senhor Secretário Estado da Administração Pública que corrobora a não aplicabilidade da consulta À Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) para a administração autárquica, bem como a solução interpretativa uniforme da DGAL, no mesmo sentido, homologada pelo Senhor Secretário da Administração Local, a 15 julho de 2014; - Que o valor global estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é de EUR 658.018,86 (seiscentos e cinquenta e oito mil e dezoito euros e oitenta e seis cêntimos), prevendo-se que a verba seja distribuída do seguinte modo: para o ano 2015 (setembro a dezembro) prevê-se uma verba de EUR 226.415,09 (duzentos e vinte e seis mil, quatrocentos e quinze euros e nove cêntimos) e para o ano 2106 (janeiro a junho) prevê-se uma verba de EUR 431.603,77 (quatrocentos e trinta e um mil, seiscentos e três euros e setenta e sete cêntimos). A todos estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Área de concessão	2015	2016
Restantes área do concelho (Freguesias: Carregosa,	EUR 221.698,11	EUR 424.528,30

<i>Cesar, Cucujães, Fajões, Loureiro, Macieira de Sarnes, Ossela, S. Martinho da Gândara, S. Roque, Nogueira do Cravo/ Pindelo, Oliveira de Azeméis/ Santiago de Riba-Ul/ Macinhata da Seixa/ Madail/ Ul e Pinheiro da Bemposta/ Palmaz/ Travanca) – <u>Caima Transpores, S.A.</u></i>		
<i>Ul e Zona Industrial de Oliveira de Azeméis (Freguesias/percursos: Ul/ Oliveira de Azeméis/ Santiago de Riba Ul/ S. Roque – apenas na ligação entre Igreja de Ul – Zona escolar e rotunda do Centro Comercial rainha em Oliveira de Azeméis – Figueiredo, zona Industrial e Outeiro em Santiago de Riba-Ul – Lações de Cima em Oliveira de Azeméis – Capela de Bustelo em S. Roque) – <u>Charline Transportes – Soc. Unipessoal, Lda.</u></i>	<i>EUR 2.830,19</i>	<i>EUR 4.245,28</i>
<i>S. Martinho e Cucujães (Freguesias/percursos: S. Martinho da Gândara, Cucujães – apenas na ligação do concelho vizinho de Ovar que passa pela zona norte de S. Martinho da Gândara e Rio D’Ossos, St^a Luzia e Rua Dr. Ferreira da Silva em Cucujães) – <u>Auto Viação do Souto, Lda.</u></i>	<i>EUR 1.886,79</i>	<i>EUR 2.830,19</i>
	EUR 226.415,09	EUR 431.603,77

- O valor referente ao ano 2015 encontra-se cabimentado na rubrica 02021001, pela Proposta de Cabimento n.º 911 e Registos de Enquadramento Financeiro n.º 1328, 1329 e 1330. – Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea e), do número 1, do artigo 24º, do CCP, propõe-se a adoção de um ajuste direto em regime geral, por não se considerar necessário e exigível o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, da economia e da eficiência processual. – Que a autorização prévia para este compromisso plurianual foi assegurada e conferida em Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, nos termos e para os efeitos estatuídos no artigo 12º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais – Orçamento e Grandes Opções do Plano (GOP) para 2015, encontrando-se previsto no Plano de Atividades mais Relevantes 2015, na rubrica 020210 – Transportes, cujo valor máximo para 2015 é de EUR 537.490,00 e para 2016 é de EUR 545.000,00. - Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º,

do Decreto- Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1º, do artigo 22º, do referido diploma legal, de EUR 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contratação. Submete-se ao Órgão Executivo o presente pedido de parecer prévio para que o mesmo obtenha deliberação favorável para abertura de procedimento de aquisição de "serviços de transportes escolares em carreiras públicas para ano letivo 2014-2015", por ajuste direto com convite à(s) entidade(s) que detenham a concessão, e respetivo documento comprovativo dessa atribuição, para os percursos respetivos (Caima Transportes, S.A.; Charline Transportes - Soc. Unipessoal, Lda. e Auto Viação de Souto, Lda.). Propõe-se ainda que o órgão executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.=====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a repartição de encargos em mais do que um ano económico para a prestação de serviços de transportes escolares em carreiras públicas para o ano letivo 2015/2016.=====

===== **Ponto oito:** Contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com a União Desportiva Oliveirense, com vista à divulgação do logotipo “Azeméis é Vida”, através da inscrição no equipamento dos jogadores (camisolas), das suas equipas no âmbito das diversas modalidades não profissionais, nomeadamente, Basquetebol e Hóquei em Patins – Aprovação;=

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto (alíneas e) e f), do n.º 2 do art. 23.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro); - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - Incumbe às Autarquias Locais, a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos – n.º 1, art.º 6º, da Lei 5/2007, de 16 de janeiro (Lei Bases da Atividade Física e do Desporto); - Que nos termos do n.º 3 do art. 46º (Apoios Financeiros) da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto - Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro: “3 - Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas

autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei;” Propõe-se: - A aprovação da minuta de contrato-programa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a União Desportiva Oliveirense, com vista à divulgação do logotipo “Azeméis é Vida”, ao abrigo das alíneas o) e u), n.º1, art.º 33º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - Se remeta à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos. Os encargos resultantes do referido contrato-programa estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 2377/2015, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações.”=====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do contrato-programa de desenvolvimento desportivo com a União Desportiva Oliveirense, com vista à divulgação do logotipo “Azeméis é Vida”, através da inscrição no equipamento dos jogadores (camisolas), das suas equipas no âmbito das diversas modalidades não profissionais, nomeadamente, Basquetebol e Hóquei em Patins. ===

===== **Ponto nove:** Contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com a União Desportiva Oliveirense, que tem por objeto o apoio financeiro para a formação e desenvolvimento da prática desportiva – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto (alíneas e) e f), do n.º 2 do art. 23.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro); - Que o desenvolvimento de atividades nesse âmbito destinadas às camadas mais jovens, traduz-se positivamente na formação pessoal e social dos mesmos, criando espírito de grupo e vivência mais saudável; - Que a intervenção das instituições públicas deve focar-se na definição e operacionalização de políticas públicas de incentivo, dinamização, formação e apoio, assentes em critérios que perspetivem o apoio às instituições que melhor trabalham e que melhor serviço prestam à sociedade onde se inserem; - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - Incumbe às Autarquias Locais, a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos – nº 1, art.º 6º, da Lei 5/2007, de 16 de janeiro (Lei Bases da Atividade Física e do Desporto); - Que nos termos do n.º 3 do art. 46º (Apoios Financeiros) da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto - Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro: ”3 - Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas

Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei;” Propõe-se: A aprovação da minuta de contrato-programa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com UDO, ao abrigo das alíneas o) e u), n.º1, art.º 33º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Os encargos resultantes do referido contrato-programa estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.ºs 2373/2015, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações.”=====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do contrato-programa de desenvolvimento desportivo com a União Desportiva Oliveirense que tem por objeto o apoio financeiro para a formação e desenvolvimento da prática desportiva. =====

*===== **Ponto dez:** Protocolo de colaboração a celebrar com o Rotary Clube de Oliveira de Azeméis, para organização do programa “Ciclo de Conferências às Quartas com...” – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: – O Rotary Clube de Azeméis tem promovido, juntamente com a Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, o “Ciclo de Conferência Às Quartas Com...”; - O ciclo de conferências tem tido a capacidade de captar oradores de excelência nas mais diversas áreas profissionais – política, assuntos sociais, saúde, inovação, marketing, indústria – mobilizando a sociedade oliveirense; - Que este é um projeto do ano rotário 2014/2015 que o clube gostaria de dar seguimento no ano rotário de 2015/2016; - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Promoção do desenvolvimento (alínea e), f) e m) do n.º 2 do art.º 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); - Que compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, ou outra de interesse para o município (alínea u), do n.º 1 do art.º 33º do citado Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro); Propõe-se: - A aprovação da minuta do Protocolo a celebrar com o Rotary Clube de Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, tendo em vista a colaboração institucional, que promoverá um diálogo e debate de ideias com os munícipes oliveirenses; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.”=====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a celebração do protocolo de colaboração com o Rotary Clube de Oliveira de Azeméis, para organização do programa “Ciclo de Conferências às Quartas com...”*. =====

===== **Ponto onze:** *Contrato de financiamento celebrado entre o Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT), para a realização da operação “Eficiência Energética na Iluminação Pública no Município de Oliveira de Azeméis – 1.ª Fase” – Autorização de compromissos plurianuais e convalidação de todos os atos entretanto praticados;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando: - O contrato de financiamento entre o POVT e o Município de Oliveira de Azeméis para a realização da operação “Eficiência Energética na Iluminação Pública no Município de Oliveira de Azeméis – 1ª Fase”; - O Contrato de Partilha de Poupanças Liquidadas entre o Fundo de Eficiência Energética e o Município de Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. Propõe-se: - Que seja autorizada a assunção de compromissos plurianuais resultantes do referido Contrato de Partilha de Poupanças Liquidadas (Draft) (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas) conforme a sua cláusula segunda no valor mensal de E 2.877,14 e valor anual máximo de € 34.525,68, até atingir 50% do valor total financiado no prazo máximo de 79 meses, sujeito a ajustamento em função dos resultados obtidos, com início em janeiro de 2016. – Submeta-se a autorização da Assembleia Municipal para efeitos do artigo 6º da LCPA, convalidando-se todos os atos entretanto praticados.”*=====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade a autorizar a assunção de compromissos plurianuais e a convalidação de todos os atos entretanto praticados.* =====

===== **Ponto doze:** *Comissão de Acompanhamento da Concessão - Autorização de compromissos plurianuais;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 5 de julho de 2013, foi celebrado Contrato de Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e da recolha, tratamento e rejeição de águas residuais*

no Município de Oliveira de Azeméis; - A necessidade de ser constituída uma Comissão de acompanhamento da concessão, a qual deve integrar "...um representante designado pelo concedente, um representante designado pelo concessionário e um terceiro elemento cooptado pelos anteriores, que preside (n.º1 do art.º 44 do Decreto-Lei n.º 190/2009, de 20 de agosto e posteriores alterações, conjugado com o disposto na alínea q) da cláusula 1ª, clausula 83 e 84 do Documento Complementar anexo à escritura); - Que compete à Comissão de acompanhamento: a) Emitir parecer sobre a conformidade com o contrato de concessão dos projetos de execução de investimentos submetidos pelo concessionário à prévia aprovação do concedente; b) Emitir relatório anual relativo ao cumprimento do contrato de concessão, a remeter igualmente à entidade reguladora, até ao final do 1.º trimestre do ano seguinte ao que diz respeito; c) Emitir parecer sobre a aplicabilidade das sanções contratuais previstas para situações de incumprimento e respetivo montante; d) Emitir parecer sobre a efetiva verificação de riscos que permanecem na responsabilidade do concedente e quantificar as compensações devidas ao concessionário ou concedente, conforme o caso; e) Auscultar ambas as partes e recolher os respetivos contributos em sede de preparação de alterações do contrato de concessão; f) Emitir parecer sobre diferendos entre as partes, nomeadamente quanto à interpretação de cláusulas contratuais (n.º2 do mesma disposição legal); os quais devem ser emitidos nos prazos estipulados por lei; - Que os encargos de funcionamento da Comissão serão repartidos em partes iguais, entre Concedente e Concessionária, sendo que os custos máximos a suportar, anualmente, pela Concessionária serão os previstos na Caso Base (conforme consta da cláusula 84ª do Documento Complementar), propõe-se: A constituição da Comissão de Acompanhamento da Concessão, com a seguinte composição: Presidente: Eng.º António André da Silva Topa, contribuinte n.º 172637422 (cooptado pelas duas entidades); Eng.º Nuno Peixoto Maia Nabais (Designado pela Concessionária - Indaqua Oliveira de Azeméis - Gestão de Águas de Oliveira de Azeméis, SA); Eng.º António Pedro Ribeiro Valente Castanheira (Diretor de Departamento Municipal de Obras, Manutenção, Transportes e Energia, designado pela Concedente). Se submeta à Assembleia Municipal para autorização prévia autorização dos compromissos plurianuais até ao limite de 6.000euros/ano nos termos da LPCA." =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade a aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto treze:** Regulamento de Funcionamento e Utilização dos Equipamentos Desportivos Municipais, de Recreio e Ocupação de Tempos-Livres – Aprovação; =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - a Câmara Municipal, em reunião de 31/07/2014, deliberou aprovar o Projeto de Regulamento de Funcionamento e Utilização dos Equipamentos Desportivos Municipais, de Recreio e Ocupação de Tempos Livres, bem como a sua sujeição a apreciação pública; - Constatou-se que, após conferência dos prazos, foram cumpridos os normativos legais sobre a audiência dos interessados e de apreciação pública; - Não foram apresentadas quaisquer sugestões pelas entidades consultadas, mantendo-se o conteúdo da proposta do projeto inicial. Face ao exposto, propõe-se: - Que a Câmara Municipal delibere dar a sua anuência ao presente Regulamento, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, bem como, submetê-lo à Assembleia Municipal para a devida aprovação; - Que se determine a posterior publicação nos termos do art.º 139 do novo C.P.A. e respetiva publicitação.”* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento sobre o funcionamento e utilização dos equipamentos desportivos municipais, de recreio e ocupação de tempos livres.* =====

===== ***Ponto catorze:** Desafetação de parcela de terreno do domínio público, sita no lugar de Outeiro, S. Tiago de Riba-Ul, para o domínio privado do Município - Aprovação;* ==

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - que é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a desafetação de bens do domínio público municipal, ao abrigo da alínea ccc) do nº 1 do art. 33º, conjugado com a alínea q) do nº 1 do art. 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - a parcela de terreno constante da planta, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, com a área de 1480m2, que confronta do norte com rua, do sul com Município de Oliveira de Azeméis e Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro, do nascente com Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro, do nascente com a Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro e do poente com rua, cedida ao domínio público para zona de equipamento, no âmbito do alvará de loteamento nº 8/99; - que esta parcela confronta com equipamento social da Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro, que, por motivos imperiosos das entidades que a tutelam, nomeadamente a Segurança Social, tem necessidade de regularizar todas as edificações e respetivas utilizações; - que já se encontram instaladas nesta parcela do domínio público, há vários anos, instalações desta Associação; - que neste momento, e atendendo também às razões supra, não é intenção do município edificar naquele local qualquer equipamento público, propõe-se: - ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do art. 33º e para efeitos do determinado na alínea q) do nº 1 do art. 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12*

de setembro, que seja deliberado pelo Executivo Municipal a intenção de desafetar do domínio público a parcela de terreno acima identificada, para integração do domínio privado municipal para que, por força das necessidades de licenciamento do equipamento social que prossegue fins de interesses do município, esta Associação possa, pelo meio que posteriormente lhe for atribuído, promover com legitimidade, os procedimentos de regularização quer urbanísticos quer das suas atividades/valências, que se encontram à data pendentes.”=====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a desafetação de parcela de terreno do domínio público, sita no lugar de Outeiro, S. Tiago de Riba-Ul, para o domínio privado do Município* =====

===== **Ponto quinze:** *Reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial J.R. Ribeiro Moldes, Lda., para efeitos de aplicação do regime excecional previsto do D.L. 165/2014 de 5/11;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - compete à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) nº 4 do art. 5º do DL 165/2014 de 5/11 emitir declaração fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial; - esta declaração é um elemento instrutório indispensável e de extrema importância, para a submissão do pedido de regularização na entidade coordenadora do licenciamento industrial; considerando ainda: - o parecer técnico anexo à presente proposta, propõe-se: - que seja deliberado pelo executivo municipal, aprovar o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial da empresa J.R. Ribeiro Moldes, Lda - e que tal proposta seja remetida à Assembleia Municipal para deliberação fundamentada, nos termos identificados na alínea a) do n.º4 do art. 5º do DL 165/2014 de 5/11.”*=====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de António Cruz, do PSD e Amaro Simões - Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado António Cruz, do PSD.* =====

===== *Aproveitando este ponto da ordem de trabalhos e, tendo em conta que esta legalização ou normalização produto do Decreto-Lei 165/2014, também tendo em conta a divulgação/ informação da oportunidade deste mesmo Decreto-Lei junto dos alvos para a qual*

se direcionava este Decreto-Lei: O PSD, dentro da possibilidade que houver ou dentro da informação que o senhor presidente tenha, queria saber, acerca de processos ou em fase de apreciação, de que setores provêm: Setores pecuários? Setores industriais? Setores de exploração de solo? Que estimativas há de novos processos? Este processo ou este Decreto-Lei está a trazer constrangimentos aos serviços municipais: sim; não? Qual a taxa de ocupação? O que é que poderemos esperar disto? Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== Mais uma vez, boa tarde. E aproveito para me penitenciar de uma omissão na minha primeira intervenção, queria saudar o colega presidente da Junta de Cesar – Augusto. Já o fiz pessoalmente, mas queria publicamente manifestar o meu reconhecimento e a minha alegria por estar na Freguesia de Cesar e pelo acolhimento que nos prestaram. Bem-haja. Eu queria falar neste ponto pelo seguinte, e dizer que: Nem o PDM é uma vaca sagrada, nem a REN (Reserva Ecológica Nacional) é o rio Ganges. Vi nascer esta empresa, partilhei a angústia do seu fundador, acompanho com alguma cumplicidade o seu progresso e desenvolvimento. Bem-haja quem, nestas circunstâncias, arrisca investir e criar empregos de qualidade. Além das razões apontadas para a sua aprovação: Investimento superior a um milhão de euros, aproximação à unidade existente, aumento do volume de negócios, inovadora tecnologia, exportação de mais de 95% da produção, particularmente o aumento de mais 25 trabalhadores a acrescentar aos 45 já existentes, poderia ser apresentada mais uma justificação de aprovação deste pedido: Não há uma Zona Industrial na Freguesia. Preparemo-nos, pois, enquanto não houver Zona Industrial vão surgir mais pedidos do mesmo teor. Gostaria de saber se há alguma evolução nesse sentido, até porque amanhã esta questão irá ser colocada também na nossa Assembleia de Freguesia. E amanhã irá ser, também, prestada homenagem a este empresário pelas suas qualidades, pela sua visão e pelo apoio que tem prestado às coletividades, aos clubes da terra. Muito obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Eu agradeço as questões colocadas. A questão do senhor deputado António Cruz é mais abrangente. Como sabe: O PDM criou um regime transitório para legalização de situações que estavam por legalizar. Acontece que tem existido uma elevada quantidade de processos, das mais diversas áreas, nos serviços da Câmara Municipal que de alguma forma não estavam – não é uma questão de estarem - preparados; o volume processual é que é enorme. Nos estamos

a falar de perto de quatro mil processos. E portanto isto significa que há que trabalhar muito, para que, depois, alguns processos não possam demorar algum tempo. Porque efetivamente nós queremos continuar a dar uma resposta rápida para aqueles processos que não são de grande complexidade. E o senhor Vice-presidente Ricardo Tavares tem essa preocupação e já ordenou aos serviços. Dar-lhe nota que fizemos, por exemplo campanhas de esclarecimento para as explorações agrícolas, em diversas freguesias, no sentido de: “esta é a grande oportunidade, - para não dizer a última”, de resolver uma série de problemas. Isto é comum a vários concelhos e não só em Oliveira de Azeméis. Também há concelhos que tem imensos problemas e alguns desses, também na área industrial, vieram cá a Oliveira ed Azeméis e falaram no sentido de as alterações e dos ajustamentos que precisavam de fazer. Portanto, há alguns constrangimentos – respondendo objetivamente ao senhor deputado António Cruz. Mas tudo estamos a fazer para que, isso não impeça o prazo normal de resolução destes problemas, pequenas licenças, as pequenas coisas que não sejam prejudicadas pelo volume de trabalho de coisas com maior grau de complexidade. A questão do senhor presidente Amaro Simões: Eu também confirmo tudo aquilo que ele disse relativamente à firma J.R. Ribeiro Moldes, S.A.: É efetivamente um empresário que já vai na segunda geração mas de gente empreendedora, com muita qualidade, com muito orgulho naquilo que faz, não só dos produtos, mas também da própria fábrica. Realmente a fábrica aquilo é um “brinquinho” lá dentro, tudo super limpo, tudo asseado. E naturalmente que nós temos que ter os mecanismos para não impedir que estas empresas se desenvolvam, criem riqueza, criem postos de trabalho, aumentem a sua vocação exportadora. Estamos a falar de uma empresa que exporta grande parte do que faz. As vezes nem sempre é fácil. E é verdade que temos procurado estar ao lado dos empreendedores e dos empresários procurando encontrar soluções, dentro daquele que é o enquadramento legal. E este foi um caso que deu algum trabalho: O senhor Amaro conhece; Está ali o Ilídio Godinho também conhece bem esta situação. E, portanto, é com diz: - Chega a bom porto. E nós teremos que ter a agilidade necessária para resolver outros casos, se assim acontecer. Relativamente à Zona Industrial de Costa Má – S. Roque, amanhã falaremos sobre o assunto, o processo está a andar dentro daquilo que são os nossos objetivos; - Sabe quais são; - Conhece-os; E Portanto queremos rapidamente encontrar soluções e é nisso que estamos a trabalhar. Esta questão é perfeitamente natural que possam ocorrer outros casos como este: Ter que ser a Câmara Municipal e depois a Assembleia Municipal a aprovar. Mas, como diz o senhor Amaro e é uma boa testemunha para isto: Estamos aqui a fazer justiça. Ou seja, porque esta empresa precisava de crescer, se não crescesse poderia por em causa, até, a sua sustentabilidade. Portanto, agora tem todas as condições para continuar a crescer e aumentar o seu volume de negócios e aumentar o número de empregados, que é isso que todos desejamos para eles possam continuar a apoiar o movimento associativo da freguesia e não só. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezasseis:** PI/9141/2009 – Evangelina Soares da Silva Unipessoal, Lda. – Isenção do pagamento de taxas pela ocupação do espaço público com quiosque – Aprovação. =

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - que compete à Assembleia Municipal deliberar sobre os pedidos de isenção de taxas; - a necessidade de promover, consolidar e estimular as atividades comerciais no concelho, nomeadamente o comércio local; - a política e o incentivo à regeneração urbana, que deverá incluir também o mobiliário privado, que se pretende substituir por novo, melhorando substancialmente a estética e atratividade do equipamento e inevitavelmente da envolvente; - que na atual conjuntura económica do país e das empresas, o pagamento de taxas desincentiva o investimento dos agentes económicos, propõe-se: - ao abrigo da Lei 75/2013 de 12 de setembro, que seja deliberado pelo executivo municipal a intenção de isentar o pagamento da taxa pela ocupação do espaço público com quiosque, para o ano 2015, no valor de 812,33€, como forma de compensação pela renovação da estrutura do equipamento, com vista não só às melhorias das condições de ocupação (de trabalho) deste, bem como a dignificação de todo o espaço envolvente (praça da cidade); - impondo contudo, que até final do presente ano a obra esteja efetuada, sob pena de ser revogada tal deliberação e obrigada a requerente ao pagamento das taxas devidas.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== É factual, ou seja: durante o período das obras: Isenção de licença. Na reunião de Câmara a primeira proposta foi uma confusão tremenda. Depois, isto foi esclarecido. Estamos a falar de durante o período das obras: Isenção de licença e a obrigatoriedade de fazer as obras este ano para não se prolongarem “sine die”. Estamos a falar daquele ponto de venda junto à Escola Soares de Basto, portanto, estamos a falar de um sítio estratégico e interessante. E com aquela requalificação toda que está a ser feita na Escola o que lá está não fica bonito e, portanto, a ideia da promotora é fazer uma coisa bonita e para isso solicitou a isenção. E nós na Câmara Municipal decidimos atribuir essa isenção mas agora tem que ser na Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Muito obrigado a todos por toda a colaboração e até à próxima. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 20 horas e 15 minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====